

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026**  
**FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE REFRIGERAÇÃO, HIDRÁULICOS,**  
**FERRAMENTAS, ELÉTRICOS E CONSTRUÇÃO**

**EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

**PROCESSO ELETRÔNICO nº: 202600047001102**

**MODALIDADE:** Pregão Eletrônico

**OBJETO:** Fornecimento de materiais para manutenções preventiva e/ou corretiva e para ampliação de instalações complementares.

**DATA E HORÁRIO DA REALIZAÇÃO:** 11/06/2026 às 09:00 h - Horário de Brasília

**LOCAL:** Sistema Eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> - UASG: 925400

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS – TCE-GO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 02.291.730/0001-14, com sede em Goiânia, capital do Estado de Goiás, na Avenida Ubirajara Berocan Leite, nº 640, Setor Jaó, telefone: (62) 3228-2696, CEP – 74.674-015, por intermédio do Agente de Contratação e da Equipe de Apoio, instituídos pela **Portaria nº 729/2025**, tornam público o Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026**, processo eletrônico nº **202600047001102**, sob critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE**, licitação que será regida pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, e demais legislações correlatas e a IN 73/2022, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei Estadual nº 17.928/2012, com suas alterações, e demais exigências deste Edital.

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicado far-se-á a abertura da Sessão Pública do **PREGÃO ELETRÔNICO**, por meio de Sistema Eletrônico, acessado por meio do site <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

**I - Início de acolhimento de propostas:**  
**28/05/2026 às 08h00min – Horário de Brasília;**

**II – Limite de acolhimento de propostas:**  
**11/06/2026 às 08h59min – Horário de Brasília;**

**III – Data e hora do Pregão:**  
**11/06/2026 às 09h00min – Horário de Brasília.**

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local (endereço eletrônico) estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Agente de Contratação em contrário.



## 1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente edital a contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais correlatos a refrigeração e climatização, instalações hidrossanitárias, ferramentas, instalações elétricas e materiais de construção para manutenções preventiva e/ou corretiva, assim como para a ampliação de diversas instalações complementares, conforme especificações e quantitativos a seguir discriminados:

LOTE 01			
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD
1.1	Aparelho de refrigeração split de teto, tipo cassete, com inverter, com capacidade mínima de 36000 Btu/h, ciclo frio, quatro vias, 220V, monofásico ou trifásico, três anos de garantia técnica da fabricante para o compressor, manual de instalação em português, classificação energética do INMETRO Classe A. Referência: SAMSUNG F-CAC-036DN4DK, LG, Carrier ou de melhor qualidade técnica.	un	2
1.2	Aparelho de refrigeração split de parede hi wall, condensadora retangular, com inverter, com capacidade mínima de 18000 Btu/h, ciclo frio, 220V, monofásico, um ano de garantia técnica da fabricante para o compressor, manual de instalação em português, classificação energética do INMETRO Classe A. Referência: Gree, LG, Carrier ou de melhor qualidade técnica.	un	3

LOTE 02			
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD
2.1	Fancolete hidrônico tipo cassete com capacidade de pelo menos 12.000Btu/h, tensão de funcionamento de 220V, com controle remoto e receptor incluso, monofásico, com filtro. Ref. Hitachi TCCD12C3P ou de melhor qualidade.	un	8

LOTE 03			
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD
3.1	Fancolete hidrônico tipo cassete com capacidade de pelo menos 20.000Btu/h, tensão de funcionamento de 220V, com controle remoto e receptor incluso, monofásico, com filtro. Ref. Hitachi TCCD24C3P ou de melhor qualidade.	un	8

LOTE 04			
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD
4.1	Filtro de ar condicionado lavável. Ref. Hitachi 17B28959A ou de melhor qualidade	un	20
4.2	Conector PEX macho água 20mm X 3/4". Ref. Astra ou Emmeti ou de melhor qualidade.	un	50
4.3	Conector PEX macho água 20mm X 1/2". Ref. Astra ou Emmeti ou de melhor qualidade.	un	50
4.4	Redução PEX água 20mm X 16mm X 20mm. Ref. Astra ou Emmeti ou de melhor qualidade.	un	20
4.5	Luva união água emenda PEX 20mm. Ref. Astra ou Emmeti ou de melhor qualidade.	un	20
4.6	Mangueira PEX para água, 20mm, custo por metro.	m	200



4.7	Mangueira PEX para água, 32mm, custo por metro.	m	100
4.8	Kit termostato/controlador de temperatura Carel thTune KCO0081.	un	1

LOTE 05			
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD
5.1	Parafusadeira de impacto 40V, com uma bateria, carregador e maleta. Ref. Makita Td003gz ou de melhor qualidade.	un	1
5.2	Pinador à bateria com duas baterias 2Ah e carregador 20V. Ref. Dewalt DCN680B ou de melhor qualidade técnica.	un	1
5.3	Serra de mesa, com mesa inclusa, 1800W, 220V, um disco de 254mm, com extensão de mesa, um guia para corte em ângulo, manual em português, bancada com pelo menos 550x550mm, mesa com largura total de pelo menos 1 metro, capacidade de corte longitudinal, extensão da mesa acima de 250mm. Ref. Bosch Gts 254 ou de melhor qualidade técnica.	un	1
5.4	Kit de dobradeira de calhas, rufos e pingadeiras F-37 e F-6. Ref. Metal Fierro ou de melhor qualidade	kit	1
5.5	Alicate bomba d'água 10 ou 12 polegadas. Ref. Tramontina Pro ou de melhor qualidade	un	2
5.6	Bolsa média para transporte de ferramentas, 15kg, dimensões 30x48cm, garantia da fabricante por pelo menos 3 meses. Ref. Bosch ou de melhor qualidade	un	3
5.7	Kit de chave inglesa ajustável 6", 8", 10" e 12". Ref. Tramontina Pro ou Irwin Vise Grip ou de melhor qualidade	un	1
5.8	Desentupidora elétrica, 220V, potência elétrica de pelo menos 390W, com sistema de reversão e pelo menos 8 acessórios e comprimento do cabo de pelo menos 30 metros. Ref. Bonder DV390 ou de melhor qualidade técnica	un	1

LOTE 06			
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD
6.1	Caixa de parafuso autobrocante 12x4 5,5x102, rosca dupla BW, com 100 unidades. Ref. Paramax ou de melhor qualidade	pc	15
6.2	Placa 2 postos separados 4x2", acabamento branco fosco, sem parafusos aparentes, tomadas com bordas circulares, conforme padrão existente. Legrand PIAL Nereya 663220	un	500
6.3	Placa 4 postos separados 4x4", acabamento branco fosco, sem parafusos aparentes, tomadas com bordas circulares, conforme padrão existente. Legrand PIAL Nereya 663436	un	200
6.4	Suporte 4x2" para placas PIAL Nereya, conforme padrão existente. Ref. Legrand PIAL 663299	un	800
6.5	Suporte 4x4" para placas PIAL Nereya, conforme padrão existente. Ref. Legrand PIAL 663499	un	400
6.6	Módulo de tomada 2P+T 10A 250V PIAL Nereya. Ref. Legrand PIAL 663050	un	500
6.7	Módulo de tomada 2P+T 20A 250V PIAL Nereya. Ref. Legrand PIAL 663056	un	200
6.8	Conjunto de tomada 2P+T 10A 250V, acabamento branco fosco, sem parafusos aparentes, tomadas com bordas curvas, PIAL Nereya. Ref. Legrand PIAL 663150	un	400
6.9	Eletromecânica: gancho curto para perfilado 38x38mm zincado	un	50
6.10	Eletromecânica: saída lateral de eletroduto 3/4" para perfilado	un	50



LOTE 07			
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD
7.1	Nobreak/UPS tipo torre para rack, capacidade de 1500VA ou 1350W, altura máxima de 2U, tensão de saída de 220V, onda senoidal pura, com USB e SNMP, bypass automático, garantia válida no Brasil por 1 ano, baterias com autonomia mínima de 10 minutos, pelo menos 6 tomadas de saída, painel LCD incluso. Ref. Intelbras DNB 1.5kVA 220v RT G2 ou de melhor qualidade.	un	5
7.2	Medidor de vazão ultrassônico portátil, com maleta e sensores, 15 litros a 300 litros por minuto, interface em português, garantia técnica de 1 ano com efetiva validade no Brasil. Ref. Instruale	un	1
7.3	Scanner 3D com precisão de 0,1mm básica e 0,02mm em modo laser, para engenharia reversa de peças mecânicas, 7 linhas de laser NIR, deve permitir digitalização de 5mm até 2000mm, pelo menos. Ref. Creality CR-Scan Raptor 4008050049 ou de melhor qualidade técnica	un	1

LOTE 08			
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD
8.1	Telha metálica de aço galvanizado, espessura mínima de 0,43mm, sem preenchimento, trapezoidal, 1 metro de largura e 3 metros de comprimento	un	70
8.2	Chapa de aço inoxidável escovado, espessura aprox. de 0,5mm.	m²	18
8.3	Chapa de aço inoxidável polido 430, espessura aprox. de 0,5mm.	m²	18
8.4	Chapa de MDP branco de 15mm ou 18mm, 2 faces, 2750x1850mm	un	8
8.5	Chapa de MDP cinza cristal TX de 15mm, 2 faces, 2750x1850mm	un	8
8.6	Grelha fixa metálica reforçada e personalizada para caixa de água pluvial para estacionamentos, resistente a tráfego pesado de veículos, com barras horizontais paralelas e espaçamento uniforme, sem berço. Altura de 4,5cm, largura de 39cm e comprimento de 39cm. Cantoneiras laterais com espessura mínima de 5mm e pelo menos 24 aletas/chapas transversais soldadas com espessura mínima de 3 milímetros por meio de duas barras circulares com diâmetro de pelo menos 9 mm.	un	12
8.7	Ralo linear para água pluvial com largura de 15 ou 20 centímetros, alumínio ou aço fundido, com berço, para tráfego de pedestres. Peças com 50 ou 100 centímetros. Valor por metro linear.	m	60

LOTE 09			
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD
9.1	Rodapé em poliestireno frisado a serem instaladas em divisórias, cor cinza ou prata, altura de 100mm e espessura de 13mm. Custo unitário por metro linear. Serão aceitas unidades brancas pintadas com tinta esmalte fosco, cor de referência Suvinil Nevoeiro pela contratada. Ref. Santa Luzia RP/PRATA 23012-454 ou 26684-3454 ou de melhor qualidade	m	400

LOTE 10			
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD
10.1	Registro de esfera soldável 75mm. Ref. Tigre	un	4



10.2	Torneira de esfera para jardim 1/4 de volta, alavanca, metálica, garantia técnica de pelo menos 10 anos pela fabricante, deve suportar pressões de pelo menos 40mca. Ref. Lorenzetti 7896451829153	un	50
10.3	Reparo Deca Decamatic Eco Link 1171/72/75, código Deca 46860001	un	40
10.4	Água Potável: Joelho latão 25 x 1/2 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	50
10.5	Água Potável: Joelho latão 32 x 3/4 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	20
10.6	Água Potável: Tê redução 32 x 25 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	15
10.7	Água Potável: Tê redução 50 x 25 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	15
10.8	Água Potável: Tê 90° 50 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	10
10.9	Água Potável: Tê 90° 75 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	10
10.10	Água Potável: Luva simples soldável 50 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	20
10.11	Água Potável: Luva de correr 75 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	20
10.12	Água Potável: Redução curta 110 x 85 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	10
10.13	Água Potável: Redução curta 32 x 25 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	30
10.14	Água Potável: Redução curta 50 x 40 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	20
10.15	Água Potável: Redução curta 60 x 50 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	10
10.16	Água Potável: Redução longa 60 x 50 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	10
10.17	Água Potável: Redução longa 85 x 60 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	10
10.18	Água Potável: Registro esfera 25 mm com corpo metálico em aço inox 304. Ref.: Tigre ou Docal ou de melhor qualidade técnica	un	15
10.19	Esgoto: Tê 40 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	10
10.20	Esgoto: Tubo 150 mm, barra com 6 metros. Ref.: Tigre ou Amanco ou de melhor qualidade técnica	br	2
10.21	Esgoto: Tubo 100 mm, barra com 6 metros, série normal. Ref.: Tigre ou Amanco ou de melhor qualidade técnica	br	20
10.22	Esgoto: Tubo 50 mm, barra com 6 metros. Ref.: Tigre ou Amanco ou de melhor qualidade técnica	br	10
10.23	Esgoto: Luva 100 mm. Ref.: Tigre ou Amanco ou de melhor qualidade técnica	un	6
10.24	Cuba de aço inoxidável de embutir ou sobrepor, dimensões mínimas de 60x40x20cm. Ref. Franke Línea ou de melhor qualidade técnica	un	3

LOTE 11			
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD
11.1	Triturador de alimentos para pias, com motor com potência mínima de 0,75hp, 220V, componentes em aço inoxidável, garantia pela fabricante de 4 anos válida no Brasil. Ref. Insinkerator modelo 66 ou de melhor qualidade técnica	un	3



11.2	Ventilador de parede, cor preto, 60cm ou 70cm, uso industrial ou comercial, sendo vetado o fornecimento de produtos exclusivamente de uso doméstico, com potência mínima de 200W, controle de velocidade de 3 níveis, suporte de aço reforçado, sendo vetado o fornecimento de suportes de plástico, certificado INMETRO.	un	3
------	---	----	---

1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações e quantidades deste objeto descritas no Edital e as especificações e quantidades constantes no Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

1.3. Acompanham este Edital os seguintes Anexos:

**Anexo I:** Estudo Técnico Preliminar

**Anexo II:** Mapa de Riscos

**Anexo III:** Termo de Referência.

**Anexo IV:** Orçamento Estimativo

**Anexo V:** Minuta de Contrato.

**Anexo VI:** Modelo de Proposta de Preços.

**Anexo VII:** Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo à Habilitação.

**Anexo VIII:** Modelo de Declaração de não empregar menor.

**Anexo IX:** Modelo de Declaração de Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno porte-EPP e de não celebração de contratos com a administração que extrapolem o limite de enquadramento.

**Anexo X:** Modelo de Declaração que não possui parentesco.

**Anexo XI:** Modelo de Declaração de Sustentabilidade Ambiental.

**Anexo XII:** Declaração de Proposta Integral, englobados os direitos trabalhistas.

**Anexo XIII:** Declaração de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social e aprendiz.

**Anexo XIV:** Declaração de cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

## 2. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

2.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

2.2. O agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e divulgará as respostas, que vincularão os participantes e a Administração, no sítio eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Goiás e na plataforma em que será realizada a licitação.

2.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, no e-mail: [licitacoes@tce.go.gov.br](mailto:licitacoes@tce.go.gov.br).

2.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.



2.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

2.5. Acolhida a impugnação, será oportunamente definida e publicada nova data para a realização do certame.

### 3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste **PREGÃO ELETRÔNICO** os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.1.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.1.3. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.2. Não poderão participar deste pregão:

3.2.1. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente.

3.2.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, incluindo autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.2.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

3.2.4. Entidades empresariais cujo sócio, ou, no caso de sociedades anônimas, cujo diretor seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, inclusive, de Conselheiros, Auditores, e Procuradores de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, e ainda, com os servidores detentores de cargo em comissão ou função de confiança que atuem diretamente na realização do certame e/ou na posterior formalização contratual, conforme modelo do Anexo X deste Edital.



- 3.2.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 3.2.6. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 3.2.7. Entidades empresariais que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução total ou liquidação.
- 3.2.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.
- 3.2.9. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.
- 3.3. Um licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, somente poderão apresentar uma única proposta de preços.
- 3.3.1. Para tais efeitos entendem-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aquelas que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.
- 3.4. Caso um licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas de preços não serão levadas em consideração e serão rejeitadas por este Tribunal, sujeitando o licitante às penalidades da Lei 14.133/2021.
- 3.5. Nenhuma empresa ou instituição vinculada ao TCE-GO poderá ser elegível para participar deste processo licitatório.
- 3.6. A aplicação do governo federal, denominada “Compras.gov” (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), será a provedora do Sistema Eletrônico em que será processado este Pregão.
- 3.7. O licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços, independente do resultado do procedimento licitatório.
- 3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.
- 3.9. As vedações de que trata este artigo estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



#### **4. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

4.1. A disputa deste certame é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que preencham as condições previstas no presente Edital e Termo de Referência anexo.

4.1.1. Declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021 e neste edital.

4.2. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, observados os direitos dos participantes.

4.3. As disposições constantes dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/06 e para obtenção de benefícios fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda que não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.

4.4. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.4.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.4.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.4.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.4.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.4.5. cujo sócio ou titular de fato ou de direito seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do *caput* do art. 3º da LC nº 123/2006;

4.4.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.4.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.4.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;



4.4.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.4.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.4.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.4.12. que tenha filial, sucursal, agência ou representação no exterior.

4.5. O licitante que prestar declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ficará sujeito às sanções previstas neste edital.

## **5. DA SUBCONTRATAÇÃO**

5.1. Não é permitido a subcontratação conforme parágrafo segundo do art. 122 da Lei 14.133/21.

## **6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.2.1. inexistente fato impeditivo para licitar ou contratar com a administração pública;

6.2.2. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.2.3. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.2.4. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.2.5. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.2.6. a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas pelo licitante, no sistema, assumidos como firmes e verdadeiros suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor

do sistema, do órgão ou da entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, em licitações, ainda que seja por terceiros.

6.3. A falsidade da declaração de que trata este artigo sujeitará o licitante às sanções mencionadas neste edital.

6.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.8.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.8.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.9. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.9.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.10. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 6.8 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**6.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.**

6.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.2. valor unitário e total da soma dos itens e o total do lote/grupo;

7.1.3. Marca (se houver);

7.1.4. Fabricante (se houver);

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.3. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

7.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

7.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

7.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.9.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.9.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

7.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao

pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

8.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote.

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 100,00 (cem) reais**.

8.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

8.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.



8.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.13.1. Caso ainda assim ocorra um empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos do art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.15. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.18.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.18.1.1. Na inviabilidade da realização do procedimento indicado no item anterior, o pregoeiro poderá liberar para julgamento o próximo licitante, respeitada a ordem de classificação, com a utilização dos critérios de desempate, quando for o caso.

8.18.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

8.18.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.





8.18.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.18.5. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.18.6. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.19. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 9. DA FASE DE JULGAMENTO

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, legislação correlata e condições de participação previstas neste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF;

9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

9.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

9.1.4. O CADIN - Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais <https://www.go.gov.br/spr/economia/emitir-declaracao-do-cadin-estadual>.

9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e, também, de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

9.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

9.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

9.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.



9.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.5.1. contiver vícios insanáveis;

9.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.7. A inexequibilidade, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:

9.7.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

9.7.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.8.1. Também poderão ser efetuadas diligências ou solicitados documentos complementares, a exemplo de fotos, manuais, catálogos e testes, caso haja dúvidas sobre a conformidade da proposta com as especificações técnicas pormenorizadas ou com quaisquer outras exigências do edital e seus anexos (art. 59, incisos II e V da Lei Federal nº 14.133/2025).

9.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

9.9.1. Por ocasião da análise da proposta apresentada pelo licitante, ainda que o julgamento seja pelo menor preço global, os preços unitários também serão submetidos à apreciação, podendo ser determinada diligência caso haja distorções significativas de proporcionalidade em relação aos preços constantes da planilha de custos da licitação.



9.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

9.11. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.12. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

## **10. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

10.1. Eventuais documentos exigidos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.2. O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de 02 (duas) horas, a contar da convocação dos anexos pelo agente de contratações no sistema, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados exclusivamente pelo próprio sistema eletrônico compras.gov, sendo:

10.2.1. Certificado de Regularidade de Registro Cadastral de fornecedor, que poderá ser feito e emitido pelo Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou Cadastro de Fornecedores do Estado de Goiás (CADFOR).

10.2.2. Os licitantes que não estiverem com os documentos válidos no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou Cadastro de Fornecedores do Estado de Goiás (CADFOR), deverão apresentar todos os documentos relacionados a seguir:

10.2.3. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA: Cédula de Identidade, no caso de pessoa física e do representante com poder de administração da pessoa jurídica. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

10.2.4. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

10.2.4.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

10.2.4.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.2.4.3. Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;

10.2.4.4. Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias);

10.2.4.5. Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Goiás para licitantes sediados em outro Estado da Federação); e

10.2.4.6. Fazenda Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011;

10.2.4.7. Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

#### 10.2.5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

10.2.5.1. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

10.2.5.2. para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

10.2.5.3. os documentos exigidos no item 10.2.5.1 serão limitados ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

10.2.5.3.1. as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

10.2.5.4. os documentos mencionados no item 10.2.5.1 deverão estar na forma da lei.

10.2.5.5. Para fins de apresentação dos documentos mencionados no item 10.2.5.1. deverá ser considerado a data da sessão pública.

10.2.5.6. Para fins de exercício social, serão consideradas as datas de entrega desses documentos determinado pela Receita Federal para as empresas que utilizam Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, para as que realizam o registro na Junta Comercial, o prazo definido pelo art. 1078, inc. I da Lei 10.406/2002 e demais casos, conforme a legislação pertinente.

10.2.5.7. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\begin{aligned} &\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo} \\ \text{LG} = &\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Total}}; \\ \text{SG} = &\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}; \end{aligned}$$

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC = -----; e

Passivo Circulante

10.2.5.8. As empresas, cadastradas ou não no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), deverão apresentar resultado: superior ou igual a 1,0 no índice de Liquidez Geral (LG); superior ou igual a 1,0 no índice de Solvência Geral (SG); superior ou igual a 1,0 no índice de Liquidez Corrente (LC).

10.2.5.9. Para fins de aferição dos índices mencionados no item anterior será considerado o resultado do último exercício social apresentado, considerando ser o saldo dos dois últimos exercícios.

10.2.5.10. Verificado erro de cálculo dos índices financeiros caberá ao Agente de Contratação promover diligência para correção.

10.2.6. Os licitantes deverão apresentar juntamente com os documentos de habilitação a seguinte documentação complementar:

10.2.6.1 Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação, atestando a inexistência de circunstâncias que impeçam a empresa de participar do processo licitatório, nos termos do modelo constante do **Anexo VII** deste edital, assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador da licitante, com o número da identidade do declarante;

10.2.6.2. Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) menor (es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor (es) de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal de 1988, conforme modelo constante do **Anexo VIII** deste edital;

10.2.6.3. Declaração, sob as penas da lei, a ser apresentada pela microempresa ou empresa de pequeno porte de que se enquadra nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, e que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme modelo constante do **Anexo IX** deste edital.

10.2.6.4. Declaração, para todos os fins de direito e sob as penas da lei que não possui em seus quadros de empregados e em seu corpo societário/acionário cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, ou por afinidade, até o segundo grau, de Conselheiros, Auditores, e Procuradores de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, e ainda, com os servidores detentores de cargo em comissão ou função de confiança que atuem diretamente na realização do certame e/ou na posterior formalização contratual, conforme modelo constante do **Anexo X** deste Edital;



10.2.6.5. Declaração, sob as penas da lei, de sustentabilidade ambiental, conforme modelo constante do **Anexo XI** deste Edital, que poderá ser apresentada assinada na etapa contratual para o adjudicatário;

10.2.6.6. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo constante do **Anexo XII** deste Edital;

10.2.6.7. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para menor aprendiz, pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas, conforme modelo constante do **Anexo XIII** deste Edital;

10.2.6.8. Declaração de cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados - Lei n. 13.709/2018, conforme modelo constante do **Anexo XIV** deste Edital;

10.2.7. De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.2.8. A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

10.2.9. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

10.2.10. Na hipótese do item 10.2.8. as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.2.11. Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

10.2.12. Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.

10.2.13. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.





10.2.13.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

10.2.14. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.2.15. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fim de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.2.16. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

10.2.17. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

10.2.18. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.2.19. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

10.2.20. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

10.2.20.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

10.2.21. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

10.2.21.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

10.2.22. A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.



10.2.23. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação.

10.2.24. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

10.2.25. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

10.2.25.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

10.2.25.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.2.26. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.2.27. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

10.2.28. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10.2.29. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

10.3. Considerando a natureza comum e padronizada do objeto, o fornecimento parcelado dos materiais, a baixa complexidade da execução contratual, o pagamento condicionado ao efetivo recebimento do objeto e a reduzida exposição da Administração a riscos relevantes decorrentes de eventual inadimplemento contratual, não se mostra necessária a exigência de balanço patrimonial, demonstrações contábeis ou índices econômico-financeiros.

10.4. Para fins de qualificação econômico-financeira, será exigida apenas a apresentação de certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

10.5. Entende-se que as exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista se mostram suficientes para mitigação dos riscos da contratação, observados os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e competitividade previstos na Lei nº 14.133/2021.

## 11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.1. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.3.5. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, com as motivações, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso com a sua motivação para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: <https://paineis.tce.go.gov.br/sense/app/fb4096af-1529-4060-9b8f-e612065c2b21/sheet/b284477e-f44-4a3c-867f-6a37675b9ac6>

## 12. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

12.1 Encerradas as fases do julgamento, da habilitação e recursal, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que observará o disposto no art. 71 da Lei federal nº 14.133, de 2021.

12.2. A homologação da licitação é de responsabilidade do Conselheiro Presidente do TCE-GO e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto à licitante vencedora.

12.3. Quando houver recurso e o(a) Agente de Contratação mantiver sua decisão, deverá esta ser submetida à autoridade competente para decidir acerca dos atos do(a) Agente de Contratação.

12.4. Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo definido neste Edital.

### **13. DA FISCALIZAÇÃO, DO PAGAMENTO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO**

13.1. A gestão e a fiscalização do contrato competirão aos servidores designados no inciso I do art. 13 da Portaria nº 729/2025 do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, sendo Suellen Carina Lopes de Queiroz (Diretora de Administração), como gestora e Pedro Henrique Mota Emiliano (Chefe do Serviço de Infraestrutura Predial) como fiscal.

13.2. À fiscalização caberá ainda:

13.2.1. Assegurar-se da boa qualidade dos materiais recebidos, verificando sempre a conformidade dos mesmos com as especificações das marcas e modelos de referência;

13.2.2. Emitir pareceres em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial quando da necessidade de aplicação de sanções, alterações e reajuste do Contrato.

13.3. A fiscalização nos moldes do Termo de Referência não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás ou a terceiros, resultantes de imperfeições técnicas, vícios ou defeitos ocultos de serviços que os desqualificam para o uso normal e rotineiro e, na ocorrência destes, não implica corresponsabilidade do TCE-GO ou de seus agentes e prepostos.

13.4. Ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás caberá:

13.4.1. Apresentar à CONTRATADA as observações, reclamações e exigências que se impuserem em decorrência da Fiscalização;

13.4.2. Notificar à CONTRATADA, por escrito, sobre a ocorrência de eventuais imperfeições nos materiais, fixando prazo para sua correção, conforme sua conveniência.

13.5. À CONTRATANTE não caberá qualquer ônus pela rejeição dos materiais considerados inadequados pelo Fiscal.

13.6. A Nota Fiscal dos materiais entregues deverá ser remetida, tanto em papel quanto em arquivo eletrônico, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis em relação à data de seu vencimento, para que o Gestor do Contrato possa realizar sua verificação e, não havendo problemas, emitir o Aceite Definitivo.

13.7. Sendo identificada cobrança indevida, os fatos serão informados à CONTRATADA e a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da reapresentação da Nota Fiscal devidamente corrigida.

13.8. Sendo identificada cobrança indevida após o pagamento da Nota Fiscal, os fatos serão informados à CONTRATADA, para que seja feita glosa do valor correspondente no próximo documento de cobrança.



13.9. O aceite dos serviços prestados por força desta contratação, será feito mediante ateste das Notas Fiscais.

13.10. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

13.11. O pagamento será efetuado pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás até o 30º (trigésimo) dia após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente liquidada e atestada pela Diretoria de Administração e, observado o cumprimento integral das disposições contidas no Termo de Referência.

13.12. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.13. O pagamento será creditado em favor da contratada, por meio de Ordem Pagamento, em qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo, para isto, ficar especificado o nome do banco, agência com a qual opera, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

13.14. Qualquer erro ou omissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da contratada e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

13.15. Quando do pagamento a ser efetuado pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás, a contratada deverá comprovar sua regularidade no tocante à Documentação Obrigatória (Receita Federal/INSS, Dívida Ativa da União, Estado e Município, FGTS e Justiça do Trabalho). Tal comprovação será objeto de confirmação "ON LINE", sendo suspenso o pagamento, caso esteja irregular.

13.16. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório na legislação vigente, no Manual de Sanções deste Tribunal e Regulamento interno de sanções, podendo culminar em extinção do contrato, conforme disposto no Capítulo VIII do Título III e Capítulo I do Título IV, ambos da Lei federal nº 14.133, de 2021.

13.17 Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação das obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA ou inadimplência total ou parcial referente à contratação.

13.18. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples;

13.19. O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento



e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

13.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

13.20.1. A CONTRATADA deverá estar ciente de que o Tribunal é obrigado a efetuar a retenção, na fonte, do imposto de renda incidente sobre os pagamentos efetuados a pessoas jurídicas, com exceção das empresas que se enquadram nas hipóteses estabelecidas no artigo 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012.

13.21. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13.22. Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá manter, durante toda a execução contratual e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas no Termo de Referência.

13.23. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

13.24. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, por não se tratar a pretensa contratação de hipótese de exceção prevista no art. 145 da Lei Federal 14.133/2021.

## 14. DO VALOR ESTIMADO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ **396.645,38 (trezentos e noventa e seis mil, seiscientos e quarenta e cinco reais e trinta e oito centavos)**, conforme custos unitários e por lote apresentados na planilha orçamentária (Anexo IV).

14.2. As despesas decorrentes deste certame, relativas ao presente exercício, correrão à conta do crédito orçamentário 2026 0201 01 032 4200 4.215 e serão enquadradas na Natureza de Despesa 3.3.90.30.33 – Material para Manutenção, Reparos e Conservação de Bens Imóveis.

14.3. Em condições excepcionais, mediante a aprovação da unidade técnica, os preços unitários propostos pelo licitante poderão ultrapassar os preços unitários estimados desde que os mesmos estejam majorados a, no máximo, o valor estimado acrescido do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) do IBGE, acumulado da data-base do orçamento estimativo até a data-base da apresentação das propostas.

14.4. Não se admitirá a alteração dos preços unitários propostos que se encontravam inferiores aos estimados como forma de compensar a adequação dos preços unitários superiores.

## 15. DO TERMO DE CONTRATO





15.1. Depois de homologado o resultado deste pregão, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 3 (três) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, assinar o instrumento contratual.

15.2. Os representantes legais deverão requerer seu login e senha para assinatura eletrônica do(a) contrato, por meio do SINI, no sítio do Tribunal de Contas do Estado (<https://portal.tce.go.gov.br>).

15.3. Os encargos das partes e as normas relativas a recebimento, liquidação, pagamento, garantia contratual, sanções contratuais, alteração e rescisão contratual constam do Termo de Referência encartado neste edital.

15.4. Por ocasião da assinatura do **instrumento contratual**, será verificado no SICAF e em outros meios se o adjudicatário mantém as condições de habilitação.

15.5. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor indicado pelo TCE-GO.

15.6. Como condição para celebração do Contrato, a empresa adjudicatária deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação.

15.7. O presente Edital e seus anexos, bem como a proposta de preços da empresa adjudicatária, farão parte integrante do Contrato a ser firmado, independentemente de transcrição.

15.8. Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para assinar o termo contratual ou aceitar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido no item 15.1, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções indicadas pelo art. 156 da Lei federal nº 14.133, de 2021.

15.9. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital de licitação, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou do instrumento equivalente.

15.9.1. Na hipótese de o adjudicatário da licitação não comprovar as condições de assinatura do contrato consignadas no edital de licitação, recusar-se a assinar o contrato ou não aceitar o instrumento equivalente, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação.

15.10. Quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, poderão ser convocados os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, ocasião em que será verificada a conformidade da proposta, o atendimento dos requisitos de habilitação e os eventuais documentos complementares.

15.10.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15.10.2. Em caso de rescisão contratual ou de anulação da nota de empenho, ocorrida(s) em virtude de inexecução parcial ou total, será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente do objeto, observados os mesmos critérios estabelecidos nos itens 15.10 e 15.10.1 deste instrumento.

## **16. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**

16.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado nas hipóteses previstas no art. 111 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrado o interesse da Administração e mantidas as condições mais vantajosas para a Administração Pública.

## **17. DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTE**

17.1. A periodicidade para eventual reajuste de preços do contrato será anual, contando-se a partir data da elaboração do orçamento estimativo, no dia **02/02/2026**, adotando-se como parâmetro o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), ocorrido nos últimos 12 (doze) meses, e ainda, os preços praticados no mercado e a negociação entre as partes.

## **18. DOS PRAZOS, FORMA DE ENTREGA E GARANTIA**

18.1. Após o recebimento da ORDEM DE FORNECIMENTO, que será remetido em formato digital, a contratada deverá iniciar as providências necessárias ao fornecimento em até 3 (três) dias corridos após o recebimento da Ordem de Fornecimento, devendo concluir a entrega dos materiais no prazo máximo de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, salvo prazo diverso expressamente estabelecido pela Administração em razão das características específicas do item solicitado.

18.2. Os materiais deverão ser entregues na sede administrativa do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, localizada na Av. Ubirajara Berocan Leite, nº 640, Setor Jaó, Goiânia-GO, em horário comercial, conforme acordado com a CONTRATANTE.

18.3. Todas as despesas de transporte, diárias, seguro ou quaisquer outros custos envolvidos ficam a cargo exclusivo da CONTRATADA.

18.4. Para assegurar o fiel cumprimento das obrigações contratuais, a contratada deverá apresentar garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

18.5. A garantia poderá ser prestada em uma das seguintes modalidades:

I – caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo



Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II – seguro-garantia;

III – fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

IV – título de capitalização custeado por pagamento único.

18.6. Os materiais fornecidos deverão possuir garantia mínima conforme o Código de Defesa do Consumidor, sem prejuízo de eventual garantia adicional oferecida pelo fabricante.

18.7. Quando o item possuir garantia do fabricante, esta deverá ser integralmente repassada à Administração, contada da data do recebimento definitivo ou da emissão da nota fiscal, conforme a natureza do produto.

18.8. Durante o período de garantia, a contratada deverá promover, sem ônus para a Administração, a substituição dos materiais que apresentarem vícios, defeitos de fabricação ou desconformidade com as especificações técnicas exigidas.

18.9. Os materiais substituídos deverão possuir as mesmas características técnicas e padrões de qualidade originalmente contratados.

## **19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

19.1. Os licitantes e contratados serão responsabilizados administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do serviço objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.2. Garantida a prévia defesa e sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) o caráter educativo da pena;
- f) o princípio da proporcionalidade;
- g) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.4. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do *caput* do art. 155 da Lei Federal 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

19.5. A sanção de multa, calculada na forma do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 19.1 deste edital.

19.5.1. Para as infrações previstas no item 19.1, alíneas “a”, “d”, “e”, “f”, e “g”, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

19.5.2. Para as infrações previstas no item 19.1, alíneas “b”, “h”, “i”, “j”, “k” e “l”, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado.



19.5.3. Além das multas previstas nos subitens anteriores, será aplicada também multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação (Item 19.1, alínea “c”), inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato;

19.5.4. Poderá ser aplicada ainda multa moratória, incidente sobre a parcela de fornecimento ou serviço não realizado, nos seguintes percentuais:

a) 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso;

b) 0,7% (sete décimos por cento) por dia subsequente ao trigésimo.

19.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do *caput* do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Goiás, pelo prazo de máximo 3 (três) anos.

19.7. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do *caput* do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do *caput* do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

19.8. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

19.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

19.10. A aplicação da sanção de multa não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

19.11. A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

19.12. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será recolhida em favor do contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou será descontada dos pagamentos devidos ao contratado ou, ainda, quando estas não ocorrerem ou não forem suficientes, o saldo será inscrito na Dívida Ativa do Estado e cobrado judicialmente.

19.13. A critério da Administração, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na prestação dos serviços for devidamente justificado pela CONTRATADA e aceito pela Administração da CONTRATANTE, que fixará novo prazo improrrogável para a completa execução das obrigações assumidas.

19.14. As sanções previstas deste tópico são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis e previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.



19.15. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor, observando-se os prazos e o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, na Lei Estadual nº 13.800/2001, a Resolução Administrativa nº 12/2025 desta Corte de Contas, que disciplina o procedimento sancionatório no âmbito do TCE-GO.

19.16. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

19.17. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

## **20. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

20.1. Os licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução do Contrato, estando sujeitos às sanções previstas na legislação aplicável.

## **21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

21.1. São obrigações do TCE-GO:

21.1.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA com relação ao objeto deste Termo de Referência.

21.1.2. Permitir que somente pessoas autorizadas pela empresa vencedora prestem serviço de entrega técnica e assistência técnica nos equipamentos e softwares objeto deste termo de referência, dentro do prazo de garantia ou em sede de assistência técnica.

21.1.3. Rejeitar o recebimento dos equipamentos e utensílios que não estiverem em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência.

21.1.4. Notificar a contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

21.1.5. Acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto deste termo de referência por meio do fiscal do contrato, designado pela Administração.

21.2. São obrigações da CONTRATADA cumprir integralmente as obrigações estabelecidas no item 11 do Termo de Referência e na cláusula Quarta da Minuta Contratual, que fazem parte integrante do presente Edital.

## **22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**





22.1. Esta Licitação poderá ser revogada por interesse do contratante, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros, sem que o licitante tenha direito a qualquer indenização.

22.2. Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta de preços.

22.3. É facultado ao Agente de Contratação ou à Autoridade Competente, em qualquer fase desta Licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

22.4. Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase desta Licitação.

22.5. Após apresentação da proposta de preços não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Agente de Contratação.

22.6. A homologação do resultado desta Licitação não implicará direito à contratação do objeto pelo TCE-GO.

22.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, vencendo-se os prazos somente em dias de expedientes normais.

22.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta de preços, durante a realização da sessão pública do Pregão Eletrônico.

22.9. Para fins de aplicação das sanções administrativas constantes no presente Edital, o lance é considerado proposta de preços.

22.10. As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse do comprador, a finalidade e a segurança da contratação.

22.11. O objeto da presente Licitação poderá ser alterado, com as devidas justificativas, conforme previsto no art. 124 da Lei 14.133/2021.

22.11.1. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

22.12. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do CONTRATADO de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do Contrato.



22.13. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

22.14. O Edital e seus Anexos, além de poderem ser visualizados nos sites [comprasnet.gov.br](http://comprasnet.gov.br) e [www.tce.go.gov.br](http://www.tce.go.gov.br), poderão ser obtidos na sede do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (com prévio recolhimento de taxas limitado ao valor do custo efetivo de reprodução gráfica da documentação fornecida), localizada na Avenida Ubirajara Berocan Leite, nº 640, Setor Jaó, telefone: (62) 3228-2852, CEP 74.674-015.

22.15. Em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e Lei Complementar nº 131 – Lei da Transparência, a participação no presente certame pressupõe a aceitação de que os dados pessoais fornecidos pelos licitantes no decorrer do procedimento licitatório serão de conhecimento público, podendo ser divulgados no Portal do TCE-GO.

22.16. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelos telefones (62) 3228-2696 (Tribunal de Contas do Estado de Goiás – Serviço de Licitações) ou pelo e-mail: [licitacoes@tce.go.gov.br](mailto:licitacoes@tce.go.gov.br).

22.17. Na hipótese de procedimento judicial, fica eleito o Foro da Comarca de Goiânia - Goiás, para dirimir eventuais pendências oriundas do presente pregão, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Goiânia, 26 de maio de 2026.

**MILENA GEBRIM BRAGA NUNES**  
**ELABORAÇÃO DO EDITAL**

**NILSON ELIAS DE CARVALHO JUNIOR**  
**AGENTE DE CONTRATAÇÃO**

**LUIS CARLOS DE GOUVEIA COELHO**  
**EQUIPE DE APOIO**

**LIDIA LABORÃO MEIRELLES**  
**EQUIPE DE APOIO**

**PAULO HENRIQUE BORGES DA SILVA**  
**EQUIPE DE APOIO**

**POLYANE VIEIRA MEIRELES**  
**EQUIPE DE APOIO**

**FERNANDO NAVES DO CARMO MARINHO**  
**EQUIPE DE APOIO**

## EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

PROCESSO nº 202600047001102

### ANEXO I

#### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

#### 1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18, §1º, inciso I, da Lei n. 14.133/2021):

1.1. Esta aquisição tem por objetivo garantir a formação de estoque de peças e componentes destinados à **manutenção preventiva, corretiva e à ampliação das instalações físicas do empreendimento**, em conformidade com as normas técnicas vigentes, evitando falhas de operação, resguardando o erário e assegurando o adequado atendimento das requisições de manutenção predial nos termos dos Procedimentos Operacionais das normas **ISO 9001 e ISO 14001** estabelecidos para este setor.

1.2. A presente contratação reveste-se de especial importância para a continuidade dos serviços prestados por este Tribunal, uma vez que os materiais requisitados atenderão necessidades prementes da infraestrutura predial da sede administrativa.

1.3. Entre as intervenções mais relevantes que justificam a contratação, destacam-se:

##### 1.3.1. Sistemas de climatização

1.3.1.1. A formação de estoque estratégico de materiais de refrigeração se mostra imprescindível para a manutenção preventiva dos chillers, equipamentos responsáveis pelo condicionamento ambiental do edifício-sede. A aquisição contempla fancoletes hidrônicos para reposição do sistema de água gelada, bem como conexões, mangueiras PEX e filtros necessários à manutenção do circuito hidráulico.

1.3.1.2. Inclui ainda aparelhos de ar condicionado tipo split destinados às salas técnicas que abrigam equipamentos sensíveis de informática e telecomunicações, cuja manutenção de temperatura controlada é condição indispensável para a preservação dos ativos tecnológicos.

##### 1.3.2. Instalações elétricas

1.3.2.1. A padronização e modernização das instalações elétricas demanda a aquisição de componentes compatíveis com o padrão técnico já adotado nas edificações do Tribunal, incluindo placas, suportes e módulos de tomada equivalentes às características técnicas da linha atualmente utilizada, garantindo uniformidade estética e funcional das instalações.

1.3.2.2. Complementarmente, a aquisição de nobreaks para equipamentos de tecnologia da informação assegura a continuidade operacional de sistemas críticos.

### **1.3.3. Instalações hidrossanitárias**

1.3.3.1. A manutenção preventiva e corretiva das redes de água potável e esgoto requer a disponibilidade de conexões, tubulações, registros e demais componentes hidráulicos. Destaca-se ainda a necessidade de cubas de aço inoxidável e trituradores de alimentos para adequação das copas e áreas de serviço.

### **1.3.4. Sistema de drenagem pluvial**

1.3.4.1. A melhoria do sistema de drenagem do mirante e de áreas externas do edifício-sede, que apresentam recorrentes dificuldades durante o período chuvoso, demanda a aquisição de grelhas metálicas reforçadas para caixas de captação nos estacionamentos e ralos lineares para áreas de circulação de pedestres.

### **1.3.5. Materiais de construção e acabamento**

1.3.5.1. A recomposição de áreas afetadas por intervenções e a execução de pequenos reparos demandam chapas metálicas (aço galvanizado e inoxidável), chapas de MDP para mobiliário e divisórias, telhas metálicas para coberturas auxiliares e rodapés em poliestireno para acabamento.

### **1.3.6. Ferramentas e equipamentos**

1.3.6.1. A execução adequada dos serviços de manutenção exige ferramentas especializadas, tais como parafusadeira de impacto, pinador à bateria, serra de mesa, dobradeira de calhas, desentupidora elétrica e ferramentas manuais diversas.

1.3.6.2. Adicionalmente, equipamentos de medição e inspeção, como **medidor de vazão ultrassônico e scanner 3D**, permitirão diagnósticos técnicos mais precisos e a realização de engenharia reversa de componentes, contribuindo para maior eficiência das atividades de manutenção predial.

## **2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (art. 18, §1º, inciso II, da Lei n. 14.133/2021):**

**2.1.** A contratação pretendida encontra-se prevista no **Plano de Contratações Anual – PCA 2026 do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, no Item 68 – Material para manutenção, reparos e conservação de bens imóveis**, conforme planejamento administrativo previamente consolidado para o exercício correspondente.

**2.2.** A inserção da demanda no Plano de Contratações Anual evidencia que a aquisição ora pretendida não decorre de necessidade superveniente ou isolada, mas sim de demanda previamente identificada pela unidade técnica responsável pela manutenção predial, em consonância com as atribuições regimentais do Serviço de Infraestrutura Predial e com o

planejamento institucional voltado à conservação, adequação e continuidade do funcionamento das instalações físicas desta Corte de Contas.

**2.3.** A previsão da contratação no PCA observa o princípio do planejamento que rege as contratações públicas, permitindo à Administração atuar de forma preventiva, racional e aderente às necessidades institucionais, com antecedência suficiente para a adequada instrução da fase preparatória, elaboração dos artefatos de planejamento e seleção da solução mais vantajosa para a Administração.

**2.4.** A compatibilidade da demanda com o Plano de Contratações Anual contribui para a regularidade da instrução processual, para a melhor organização das aquisições institucionais e para a mitigação de contratações emergenciais ou fragmentadas, especialmente considerando que o objeto se destina à formação de estoque estratégico de materiais voltados à manutenção preventiva, corretiva e à ampliação de instalações complementares da sede administrativa do Tribunal.

### **3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inciso III, da Lei n. 14.133/2021):**

**3.1.** Para atendimento da necessidade administrativa identificada neste Estudo Técnico Preliminar, os materiais e equipamentos a serem fornecidos deverão atender a requisitos técnicos mínimos que assegurem sua plena compatibilidade com os sistemas instalados na infraestrutura predial do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, bem como garantir níveis adequados de desempenho, durabilidade e segurança operacional.

**3.2.** Nesse sentido, somente serão admitidas propostas que contemplem materiais **novos, de primeiro uso**, fabricados em conformidade com as normas técnicas brasileiras aplicáveis e que atendam integralmente às especificações técnicas definidas no Termo de Referência.

**3.3.** As licitantes deverão apresentar especificação técnica detalhada dos materiais ofertados, contendo a identificação clara da **marca, modelo e características técnicas relevantes**, de forma a permitir a verificação da compatibilidade do produto com os padrões adotados pela infraestrutura predial do Tribunal.

**3.4.** Tal exigência visa assegurar que os bens fornecidos atendam às condições técnicas necessárias à sua correta utilização, evitando incompatibilidades com sistemas já existentes e prevenindo a aquisição de produtos de qualidade inferior.

**3.5.** Considerando que parte significativa dos materiais será destinada à reposição ou ampliação de sistemas já existentes, os produtos deverão ser compatíveis com os padrões técnicos adotados na infraestrutura do Tribunal, especialmente no que se refere a:

- sistemas de climatização e refrigeração;
- instalações elétricas padronizadas;
- instalações hidrossanitárias;
- componentes estruturais e de acabamento.

**3.6.** Tal requisito visa evitar adaptações técnicas desnecessárias, reduzir custos de manutenção e preservar a integridade dos sistemas instalados.



**3.7.** Os materiais e equipamentos deverão observar as normas técnicas e regulamentares aplicáveis, incluindo, quando cabível:

- normas da **ABNT**;
- certificações de conformidade exigidas por órgãos reguladores;
- requisitos de eficiência energética estabelecidos pelo **INMETRO**.

**3.8.** Sempre que houver indicação de marca, modelo ou padrão técnico de referência nas especificações técnicas, tal indicação possuirá caráter meramente exemplificativo de qualidade, desempenho, compatibilidade técnica ou padronização existente na infraestrutura predial do Tribunal, admitindo-se o fornecimento de produtos equivalentes ou superiores, desde que comprovadamente compatíveis com as especificações estabelecidas pela Administração.

#### **4. ESTIMATIVAS DE QUANTIDADES (art. 18, §1º, inciso IV, da Lei n. 14.133/2021):**

**4.1.** A estimativa das quantidades dos materiais e equipamentos objeto da presente contratação foi elaborada com base em levantamento técnico realizado pelo Serviço de Infraestrutura Predial, a partir da análise conjugada das necessidades correntes de manutenção predial, das demandas futuras previsíveis e das intervenções programadas para a sede administrativa do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

**4.2.** A definição dos quantitativos buscou assegurar o adequado atendimento das demandas de manutenção preventiva e corretiva, bem como de pequenas ampliações e adequações das instalações físicas, sem perda de racionalidade administrativa e sem geração de estoques excessivos, em observância aos princípios da eficiência, da economicidade e do planejamento.

**4.3.** Para a composição dos quantitativos estimados, foram considerados, de forma integrada, os seguintes elementos:

**4.3.1.** Foram observados os padrões de consumo e reposição de materiais usualmente empregados nas atividades de manutenção predial executadas no âmbito desta Corte de Contas, especialmente no que se refere aos insumos de maior recorrência operacional e à reposição de componentes aplicados em sistemas já existentes.

**4.3.2.** Também foram consideradas as demandas ordinárias e permanentes relacionadas ao funcionamento da infraestrutura do edifício-sede, abrangendo sistemas de climatização, instalações elétricas, instalações hidrossanitárias, drenagem pluvial, acabamentos e demais elementos construtivos e funcionais sujeitos a desgaste, substituição periódica ou necessidade de adequação.

**4.3.3.** A estimativa contemplou, ainda, a necessidade de constituição de estoque mínimo de segurança para itens considerados relevantes à continuidade operacional das instalações prediais, especialmente aqueles cuja ausência possa comprometer o atendimento tempestivo de ocorrências de manutenção ou ensejar aquisição emergencial em condições menos vantajosas para a Administração.

**4.3.4.** Os quantitativos também foram definidos a partir das características e da configuração dos sistemas atualmente instalados na sede administrativa do Tribunal, considerando-se a





necessidade de compatibilidade técnica dos insumos a serem empregados em reposições, substituições e ampliações.

**4.4.** Os quantitativos estimados foram definidos considerando a natureza das demandas de manutenção predial atualmente identificadas pela unidade demandante, bem como a criticidade operacional dos sistemas atendidos, conforme síntese abaixo:

<b>Grupo de materiais/equipamentos</b>	<b>Principais quantitativos estimados</b>	<b>Fundamentação técnica</b>
Climatização e refrigeração	2 aparelhos split cassete 36.000 BTU/h; 3 aparelhos split hi wall 18.000 BTU/h; 16 fancoletes hidrônicos; 20 filtros laváveis	Reposição e manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de climatização existentes, incluindo equipamentos instalados em ambientes técnicos e administrativos da sede do Tribunal.
Instalações hidrossanitárias	Aproximadamente 350 metros de tubulações PEX; mais de 300 conexões, registros e acessórios hidráulicos; 32 barras/tubos de esgoto; 4 registros de esfera de grande diâmetro	Atendimento das demandas recorrentes de manutenção preventiva e corretiva das redes de água potável, esgoto e sistemas hidrossanitários do edifício-sede.
Instalações elétricas padronizadas	Aproximadamente 1.600 módulos, suportes, placas e acessórios elétricos padronizados	Manutenção, substituição e padronização das instalações elétricas existentes, observando compatibilidade técnica e uniformidade estética dos ambientes institucionais.
Ferramentas e equipamentos técnicos	Ferramentas elétricas e equipamentos especializados, incluindo parafusadeira, pinador, serra de bancada, desentupidora elétrica, scanner 3D, medidor de vazão e 5 nobreaks	Apoio à execução direta das atividades técnicas desempenhadas pela equipe própria do Serviço de Infraestrutura Predial.
Cobertura, drenagem e áreas externas	70 telhas metálicas; 12 grelhas reforçadas para drenagem pluvial; 60 metros lineares de ralos lineares	Manutenção preventiva e corretiva de coberturas, drenagem pluvial e áreas externas sujeitas a desgaste e incidência de águas pluviais.
Acabamentos, marcenaria e divisórias	16 chapas de MDP; 36m <sup>2</sup> de chapas de aço inox; 400 metros lineares de rodapés	Adequações internas, recomposição de divisórias, manutenção de mobiliários técnicos e reparos em acabamentos prediais.
Equipamentos complementares de apoio	3 trituradores de alimentos e 3 ventiladores industriais/comerciais	Atendimento de necessidades operacionais específicas das áreas de

		apoio, copas e ventilação de ambientes institucionais.
--	--	--

**4.5.** Os quantitativos estimados mostram-se compatíveis com a necessidade administrativa identificada, porquanto refletem a realidade operacional da unidade demandante e se destinam a assegurar a continuidade dos serviços de manutenção predial, com adequada margem de atendimento das demandas previsíveis ao longo da execução contratual.

**4.6.** A metodologia adotada procurou evitar tanto a subestimação quanto o superdimensionamento do objeto, de modo a reduzir riscos de desabastecimento, paralisações operacionais, retrabalho e desperdício de recursos públicos.

**4.7.** Os quantitativos dos itens que compõem a presente contratação encontram-se detalhados na planilha orçamentária e no Termo de Referência, documentos que integram a instrução processual e nos quais constam as especificações técnicas, as unidades de medida e as quantidades previstas para cada item e lote.

## **5. SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO (art. 18, §1º, inciso V, da Lei n. 14.133/2021):**

**5.1.** Com vistas à definição da solução mais adequada ao atendimento da necessidade administrativa identificada, foi realizado levantamento preliminar das alternativas disponíveis no mercado para suprimento de materiais e equipamentos destinados à manutenção predial.

**5.2.** Verificou-se que o mercado fornecedor dispõe de ampla variedade de fabricantes, distribuidores e revendedores especializados na comercialização de materiais e equipamentos voltados às atividades de manutenção de edificações, abrangendo itens de climatização, componentes elétricos, materiais hidrossanitários, ferramentas especializadas, materiais de construção e equipamentos de medição e inspeção.

**5.3.** Tais produtos são amplamente comercializados no mercado nacional e possuem padrões técnicos bem definidos, o que permite sua especificação por meio de características usuais de mercado.

**5.4.** Os materiais e equipamentos a serem adquiridos apresentam características padronizadas e amplamente conhecidas no mercado fornecedor, sendo possível descrever suas especificações técnicas por meio de requisitos objetivos de desempenho, qualidade e compatibilidade técnica.

**5.5.** Dessa forma, os itens objeto da contratação enquadram-se no conceito de **bens comuns**, uma vez que seus padrões de qualidade e desempenho podem ser objetivamente definidos no instrumento convocatório, permitindo a seleção da proposta mais vantajosa por meio de procedimento licitatório competitivo.

**5.6.** Durante o levantamento de mercado, foram consideradas, em linhas gerais, as seguintes alternativas para atendimento da necessidade administrativa:

**5.6.1.** Aquisição direta de materiais e equipamentos



**5.6.1.1.** Consiste na aquisição, pela Administração, dos materiais e equipamentos necessários à execução das atividades de manutenção predial, permitindo a constituição de estoque próprio para utilização conforme a demanda operacional da unidade responsável.

**5.6.2.** Contratação de empresa para fornecimento e manutenção integrada

**5.6.2.1.** Outra alternativa seria a contratação de empresa especializada para execução de serviços de manutenção predial com fornecimento de materiais e equipamentos incorporados ao contrato de prestação de serviços.

**5.6.2.2.** Todavia, essa alternativa mostra-se menos adequada ao cenário atual, considerando que o Tribunal já dispõe de equipe técnica própria vinculada ao Serviço de Infraestrutura Predial, responsável pela execução das atividades rotineiras de manutenção preventiva e corretiva das instalações físicas, sendo necessária apenas a disponibilização dos materiais, ferramentas e equipamentos utilizados nessas atividades.

**5.6.3.** Após análise das alternativas disponíveis, verificou-se que a **aquisição direta dos materiais e equipamentos necessários à manutenção predial** constitui a solução mais adequada para atendimento das necessidades institucionais do Tribunal de Contas do Estado de Goiás. Tal solução apresenta as seguintes vantagens:

**5.6.3.1.** Os itens selecionados seguem as especificações técnicas já consolidadas na infraestrutura predial do Tribunal, garantindo compatibilidade com os sistemas instalados e evitando adaptações técnicas que possam gerar custos adicionais ou comprometer a integridade dos equipamentos existentes.

**5.6.3.2.** A manutenção de estoque próprio de materiais padronizados permite resposta mais rápida às demandas de manutenção preventiva e corretiva, reduzindo o tempo de atendimento das ocorrências e assegurando maior continuidade das atividades administrativas.

**5.6.3.3.** A aquisição direta de materiais permite à Administração obter melhores condições comerciais por meio de procedimento licitatório competitivo, além de evitar custos adicionais associados à terceirização integral das atividades de manutenção.

**5.6.3.4.** Avaliou-se, ainda, a possibilidade de utilização do Sistema de Registro de Preços – SRP. Todavia, considerando as características da demanda, os quantitativos previamente definidos, a previsibilidade do consumo institucional e a necessidade de planejamento específico voltado à manutenção predial da sede administrativa, concluiu-se que a contratação por quantitativos determinados mostra-se mais adequada e eficiente para atendimento da necessidade administrativa identificada.

**5.6.4.** A solução proposta mostra-se adequada à realidade operacional da unidade demandante, uma vez que possibilita o fornecimento de materiais, ferramentas e equipamentos compatíveis com as necessidades de manutenção preventiva, corretiva e de ampliação das instalações prediais da sede administrativa do Tribunal.

**5.6.5.** Além disso, a ampla disponibilidade dos itens no mercado fornecedor contribui para garantir maior competitividade no certame licitatório e melhores condições de contratação para a Administração.

**6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inciso VI, da Lei n. 14.133/2021):**

**6.1.** A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em **pesquisa de preços realizada junto ao mercado fornecedor**, considerando a natureza e as especificidades dos materiais e equipamentos necessários às atividades de manutenção predial da sede administrativa do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

**6.2.** A pesquisa de preços teve por objetivo identificar os valores praticados no mercado para itens com características técnicas equivalentes ou compatíveis com aqueles especificados no Termo de Referência, permitindo à Administração estabelecer parâmetros adequados para a formação do orçamento estimativo da contratação.

**6.3.** A pesquisa de preços observou os parâmetros normativos aplicáveis à formação do valor estimado da contratação, mediante coleta de cotações junto a fornecedores do ramo e análise de preços praticados no mercado para itens com especificações técnicas equivalentes ou compatíveis com aqueles definidos no Termo de Referência.

**6.4.** Para a formação do valor estimado foram considerados preços obtidos em consultas realizadas junto a fornecedores especializados e em fontes de mercado compatíveis com o objeto da contratação.

**6.5.** Os valores unitários estimados foram definidos a partir da **mediana dos preços obtidos nas cotações**, metodologia que contribui para mitigar distorções decorrentes de valores excessivamente elevados ou artificialmente reduzidos, proporcionando maior representatividade dos preços praticados no mercado.

**6.6.** A pesquisa de preços que fundamenta a presente estimativa possui **data de referência de 02 de fevereiro de 2026**, conforme registros constantes na planilha orçamentária que integra a instrução do processo administrativo.

**6.7.** Com base nos levantamentos realizados, o valor global estimado para a contratação do fornecimento de materiais e equipamentos destinados à manutenção predial perfaz o montante de R\$ 396.645,38 (trezentos e noventa e seis mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e trinta e oito centavos).

**6.8.** Esse valor corresponde à soma dos valores estimados para os lotes que compõem o objeto da contratação, conforme detalhamento constante na planilha orçamentária elaborada pela unidade demandante.

**6.9.** A análise dos preços coletados indica que os valores estimados apresentam **compatibilidade com os preços praticados no mercado fornecedor**, considerando a qualidade técnica dos materiais, as especificações exigidas e os padrões adotados na infraestrutura predial do Tribunal.

**6.10.** A estimativa estabelecida constitui, portanto, **parâmetro adequado para a avaliação da aceitabilidade das propostas no procedimento licitatório**, contribuindo para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

**7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18, §1º, inciso VII, da Lei n. 14.133/2021):**

**7.1.** A solução proposta consiste na **aquisição de materiais, ferramentas e equipamentos destinados às atividades de manutenção predial da sede administrativa do Tribunal de Contas do Estado de Goiás**, abrangendo insumos necessários à execução de manutenções preventivas, corretivas e pequenas ampliações das instalações físicas.

**7.2.** O objeto contempla materiais e equipamentos relacionados aos seguintes sistemas e componentes da infraestrutura predial:

- sistemas de climatização e refrigeração;
- instalações hidrossanitárias;
- instalações elétricas;
- ferramentas e equipamentos especializados para manutenção;
- materiais de construção e acabamento;
- equipamentos de medição e inspeção técnica.

**7.3.** A aquisição desses itens permitirá à Administração manter **estoque mínimo estratégico de insumos**, possibilitando atendimento tempestivo às demandas de manutenção predial e garantindo a continuidade do funcionamento das instalações do edifício-sede.

**7.4.** Considerando a diversidade de materiais que compõem o objeto da contratação, a solução foi estruturada mediante parcelamento do objeto em lotes, agrupando itens de natureza técnica similar.

**7.4.1.** Essa organização permite:

- facilitar a participação de fornecedores especializados;
- ampliar a competitividade do certame;
- simplificar a gestão e fiscalização do contrato.

**7.5.** Conforme levantamento realizado pela unidade demandante, a contratação foi estruturada em **11 (onze) lotes**, cada qual contemplando materiais ou equipamentos pertencentes a categorias específicas da infraestrutura predial, tais como climatização,

materiais hidráulicos, materiais elétricos, ferramentas especializadas e insumos de construção e acabamento.

**7.6.** O fornecimento dos materiais ocorrerá **de forma fracionada**, conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de **Ordens de Fornecimento**, mecanismo que permite maior flexibilidade na gestão do estoque e melhor adequação das aquisições às demandas efetivas da manutenção predial.

**7.7.** Essa sistemática evita a formação de estoques excessivos e possibilita maior racionalidade na utilização dos recursos públicos.

**7.8.** A solução adotada apresenta vantagens relevantes para a Administração, dentre as quais se destacam:

**7.8.1.** A disponibilidade de materiais e equipamentos adequados permitirá a realização tempestiva de intervenções de manutenção preventiva e corretiva, reduzindo riscos de paralisações ou falhas nos sistemas prediais.

**7.8.2.** A aquisição de materiais compatíveis com os padrões já adotados na infraestrutura do Tribunal contribui para a manutenção da padronização técnica dos sistemas instalados, reduzindo custos de manutenção e facilitando a reposição de componentes.

**7.8.3.** A formação de estoque estratégico de materiais possibilita maior agilidade na execução das atividades de manutenção predial, evitando a necessidade de aquisições emergenciais e contribuindo para maior eficiência na gestão dos recursos públicos.

**7.9.** Diante das análises realizadas no presente Estudo Técnico Preliminar, verifica-se que a solução proposta apresenta plena adequação às necessidades institucionais do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, permitindo a preservação das instalações físicas, a continuidade das atividades administrativas e a manutenção das condições adequadas de funcionamento do edifício-sede.

## **8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO ou NÃO PARCELAMENTO (art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei n. 14.133/2021):**

**8.1.** O objeto da presente contratação compreende o fornecimento de materiais e equipamentos destinados às atividades de manutenção predial da sede administrativa do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, envolvendo itens de natureza diversa, tais como materiais de climatização, componentes hidrossanitários, materiais elétricos, ferramentas especializadas, equipamentos técnicos e materiais de construção e acabamento.

**8.2.** Considerando a heterogeneidade dos itens que compõem o objeto, verificou-se a viabilidade técnica de **parcelamento da contratação**, mediante agrupamento de materiais de características semelhantes.

**8.3.** Com base na análise técnica realizada pela unidade demandante, o objeto foi estruturado em **11 (onze) lotes distintos**, organizados de forma a agrupar itens pertencentes





a categorias similares de materiais e equipamentos utilizados nas atividades de manutenção predial. A formação dos lotes buscou evitar tanto o fracionamento excessivo do objeto quanto o agrupamento indevido de itens sem correlação técnica, preservando a competitividade e a eficiência da futura execução contratual.

**8.4.** A estruturação do objeto em lotes possibilita a participação de fornecedores especializados em determinados segmentos de mercado, contribuindo para a ampliação da competitividade do certame e para a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração.

**8.5.** Ademais, a adoção do parcelamento favorece a participação de **microempresas e empresas de pequeno porte**, especialmente nos lotes cujo valor estimado seja igual ou inferior a **R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)**, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, tendo sido verificada, em levantamento preliminar de mercado realizado pela unidade demandante, a existência de fornecedores enquadrados nessas categorias aptos a atender às exigências que serão estabelecidas no instrumento convocatório.

**8.6.** Diante do exposto, conclui-se que o parcelamento do objeto mostra-se **tecnicamente viável, economicamente vantajoso e compatível com o interesse público**, razão pela qual a contratação foi estruturada em lotes, preservando a competitividade do certame e a eficiência da futura execução contratual.

## **9. RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18, §1º, inciso IX, da Lei n. 14.133/2021):**

**9.1.** A contratação pretendida tem por finalidade assegurar a disponibilidade de materiais, ferramentas e equipamentos necessários à execução das atividades de manutenção predial da sede administrativa do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, permitindo o atendimento tempestivo das demandas relacionadas à conservação, reparo e adequação das instalações físicas.

**9.2.** A disponibilidade desses insumos contribui para evitar paralisações ou falhas nos sistemas prediais, garantindo condições adequadas de funcionamento das instalações utilizadas para o desempenho das atividades institucionais desta Corte de Contas.

**9.3.** A constituição de estoque mínimo de materiais e equipamentos padronizados permitirá maior agilidade na execução das atividades de manutenção preventiva e corretiva, reduzindo o tempo necessário para atendimento das demandas operacionais da unidade responsável pela infraestrutura predial.

**9.4.** Com isso, espera-se maior eficiência na execução dos serviços de manutenção, com redução do tempo de resposta às ocorrências e melhoria na qualidade das intervenções realizadas.

**9.5.** A adoção de planejamento prévio para aquisição dos materiais necessários às atividades de manutenção predial contribui para reduzir a necessidade de aquisições emergenciais ou contratações realizadas em caráter excepcional, as quais, em regra, apresentam menor competitividade e maior risco de onerosidade para a Administração.

**9.6.** Dessa forma, a contratação planejada permite maior previsibilidade na gestão dos recursos públicos e maior racionalidade administrativa.

**9.7.** A manutenção adequada das instalações físicas do edifício-sede contribui para a preservação do patrimônio público, evitando a deterioração prematura de sistemas prediais, estruturas e equipamentos.

**9.8.** A disponibilização de materiais e equipamentos adequados possibilita a realização de intervenções preventivas e corretivas de forma tempestiva, reduzindo riscos de danos estruturais, falhas operacionais e custos adicionais decorrentes de reparos de maior complexidade.

**9.9.** A manutenção das condições adequadas de funcionamento das instalações prediais também contribui para proporcionar melhores condições de trabalho aos servidores e colaboradores do Tribunal, além de assegurar ambiente apropriado para o atendimento das atividades administrativas e institucionais desenvolvidas nesta Corte de Contas.

**10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS PARA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO (art. 18, §1º, inciso X, da Lei n. 14.133/2021):**

**10.1.** Não foram identificadas providências estruturais ou administrativas de maior complexidade que necessitem ser adotadas previamente à realização da contratação pretendida.

**10.2.** O objeto consiste no fornecimento de materiais e equipamentos destinados às atividades rotineiras de manutenção predial da sede administrativa do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, atividades estas já desempenhadas pelo Serviço de Infraestrutura Predial no exercício de suas atribuições institucionais. Dessa forma, a unidade demandante dispõe da estrutura operacional, dos recursos humanos e do conhecimento técnico necessários para a adequada utilização dos materiais e equipamentos a serem adquiridos.

**10.3.** No âmbito da fase preparatória da contratação, deverão ser observadas as etapas administrativas necessárias à regular instrução do processo licitatório, incluindo a consolidação do Termo de Referência, a formalização da pesquisa de preços, a verificação da disponibilidade orçamentária, a análise jurídica e a autorização da autoridade competente para a realização do certame.

**11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS (art. 18, §1º, inciso XI, da Lei n. 14.133/2021):**

**11.1.** Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes cuja realização seja condição necessária para a implementação da solução proposta neste Estudo Técnico Preliminar.

**11.2.** A contratação pretendida possui natureza autônoma e destina-se exclusivamente ao fornecimento de materiais e equipamentos necessários à execução das atividades de manutenção predial da sede administrativa do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, podendo ser executada independentemente de outras contratações administrativas.

**12. IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18, §1º, inciso XII, da Lei n. 14.133/2021):**

**12.1.** Considerando a natureza dos materiais e equipamentos objeto da contratação, não foram identificados impactos ambientais relevantes decorrentes diretamente do fornecimento dos itens previstos.

**12.2.** Ainda assim, sempre que aplicável, deverão ser observados critérios de sustentabilidade relacionados à eficiência energética, à durabilidade dos produtos e ao atendimento das normas técnicas e ambientais vigentes, especialmente no que se refere a equipamentos que possuam certificações de eficiência energética ou requisitos de conformidade estabelecidos por órgãos reguladores.

**12.3.** Adicionalmente, durante a execução das atividades de manutenção predial, deverão ser adotadas práticas adequadas de descarte ou substituição de materiais eventualmente retirados das instalações, em conformidade com a legislação ambiental aplicável.

**13. ADEQUAÇÃO DO OBJETO À NECESSIDADE (art. 18, §1º, inciso XIII, da Lei n. 14.133/2021):**

**13.1.** Este Estudo Técnico Preliminar avaliou a adequação da contratação proposta considerando seus aspectos técnicos, operacionais e econômicos, bem como a compatibilidade da solução com as necessidades da unidade demandante e com o planejamento institucional do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

**13.2.** A análise realizada demonstrou que a aquisição de materiais, ferramentas e equipamentos destinados à manutenção predial da sede administrativa apresenta-se como solução adequada para assegurar a continuidade das atividades de conservação, reparo e adequação das instalações físicas desta Corte de Contas.

**13.3.** Diante do exposto, conclui-se que o objeto da contratação se encontra **adequado ao atendimento da necessidade administrativa identificada**, mostrando-se compatível com as condições operacionais da unidade demandante e com os objetivos institucionais do TCE-GO, razão pela qual se recomenda o prosseguimento da instrução processual da contratação.

**14. IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO:**

**14.1.** Conforme o inciso X, do artigo 14, da Portaria nº 729/2025-GPRES, a Equipe de Planejamento responsável pela contratação será constituída pelos servidores:

- Integrante requisitante: Pedro Henrique de Mota Emiliano;
- Integrante técnico: Pedro Henrique de Mota Emiliano; e
- Integrante administrativo: Suellen Carina Lopes de Queiroz.

**Tribunal de Contas do Estado de Goiás, em Goiânia, 16 de maio de 2026.**

**PEDRO HENRIQUE DE MOTA EMILIANO**  
**CHEFE DE SERVIÇO DE INFRAESTRUTURA PREDIAL**



**SUELLEN CARINA LOPES DE QUEIROZ**  
**DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO**

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026**

**PROCESSO nº 202600047001102**

**ANEXO II**

**MAPA DE RISCOS**

**Dados do Processo:**

<b>Objeto:</b>	Fornecimento de materiais destinados à manutenção preventiva, corretiva e pequenas ampliações das instalações prediais da sede administrativa do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.
----------------	---

**PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

A identificação dos riscos apresentados neste documento considerou apenas aqueles que possuem relevância prática e potencial impacto sobre o objeto da contratação. Em observância às boas práticas de gestão de riscos e ao princípio da materialidade, foram registrados exclusivamente os riscos plausíveis, com possibilidade real de ocorrência e que exigem medidas preventivas e/ou de contingência. A inclusão de riscos irrelevantes ou hipotéticos foi evitada, de modo a garantir clareza, objetividade e foco na efetiva gestão da contratação.

<b>Risco 01:</b>	Especificação técnica inadequada do objeto
------------------	--

<b>Categoria:</b>	Técnico
-------------------	---------

**Risco 01:**

<b>Probabilidade:</b>	<input type="checkbox"/>	Baixa	<input type="checkbox"/>	Média	<input type="checkbox"/>	Alta
-----------------------	--------------------------	-------	--------------------------	-------	--------------------------	------

<b>Impacto:</b>	<input type="checkbox"/>	Baixo	<input type="checkbox"/>	Médio	<input type="checkbox"/>	Alto
-----------------	--------------------------	-------	--------------------------	-------	--------------------------	------

<b>Criticidade:</b>	<input type="checkbox"/>	Baixa	<input type="checkbox"/>	Média	<input type="checkbox"/>	Alta
---------------------	--------------------------	-------	--------------------------	-------	--------------------------	------

**Dano(s):** Aquisição de materiais incompatíveis com os sistemas existentes na infraestrutura predial, podendo gerar retrabalho, desperdício de recursos ou necessidade de substituição dos itens adquiridos.

**Ação(ões) Preventiva(s):** Elaboração de Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência com especificações técnicas detalhadas dos

**Responsável:**  
Serviço de

materiais, bem como validação das especificações pela unidade técnica responsável pela manutenção predial.	Infraestrutura Predial / Diretoria de Administração
<b>Prazo:</b> Antes da publicação do instrumento convocatório.	
<b>Ação(ões) de Contingência:</b> Avaliação técnica da compatibilidade dos materiais fornecidos e eventual substituição dos itens que não atendam às especificações estabelecidas.	<b>Responsável:</b> Gestor e Fiscal do Contrato

Risco 02:		Estimativa de preços inadequada				
Categoria:		Financeiro				
Probabilidade:	<div></div>	Baixa	<div></div>	Média	<div></div>	Alta
Impacto:	<div></div>	Baixo	<div></div>	Médio	<div></div>	Alto
Criticidade:	<div></div>	Baixa	<div></div>	Média	<div></div>	Alta
Dano(s): Fixação de valores estimados incompatíveis com os preços praticados no mercado, podendo resultar em contratação por valor superior ao adequado ou em fracasso da licitação.						
Ação(ões) Preventiva(s): Realização de pesquisa de preços junto a fornecedores do ramo e análise de valores praticados no mercado para itens com especificações técnicas equivalentes.					Responsável: Serviço de Infraestrutura Predial / Diretoria de Administração	
Prazo: Durante a fase de planejamento da contratação e antes da publicação do edital.						
Ação(ões) de Contingência: Reavaliação da pesquisa de preços e atualização do orçamento estimativo antes da publicação do edital.					Responsável: Diretoria de Administração	

<b>Risco 03:</b>	Licitação deserta ou fracassada
------------------	---------------------------------





<b>Categoria:</b>	Operacional					
<b>Probabilidade:</b>	<input type="checkbox"/>	Baixa	<input type="checkbox"/>	Média	<input type="checkbox"/>	Alta
<b>Impacto:</b>	<input type="checkbox"/>	Baixo	<input type="checkbox"/>	Médio	<input type="checkbox"/>	Alto
<b>Criticidade:</b>	<input type="checkbox"/>	Baixa	<input type="checkbox"/>	Média	<input type="checkbox"/>	Alta
<b>Dano(s):</b> Não contratação tempestiva dos materiais necessários às atividades de manutenção predial.						
<b>Ação(ões) Preventiva(s):</b> Estruturação adequada do objeto da contratação, parcelamento em lotes e definição de especificações técnicas compatíveis com as práticas de mercado.					<b>Responsável:</b> Serviço de Infraestrutura Predial / Serviço de Licitações	
<b>Prazo:</b> Antes da publicação do edital.						
<b>Ação(ões) de Contingência:</b> Realização de novo procedimento licitatório ou adoção de outra forma de contratação prevista na legislação.					<b>Responsável:</b> Serviço de Licitações / Diretoria de Administração	

<b>Risco 04:</b>	Atraso na entrega dos materiais					
<b>Categoria:</b>	Financeiro					
<b>Probabilidade:</b>	<input type="checkbox"/>	Baixa	<input type="checkbox"/>	Média	<input type="checkbox"/>	Alta
<b>Impacto:</b>	<input type="checkbox"/>	Baixo	<input type="checkbox"/>	Médio	<input type="checkbox"/>	Alto
<b>Criticidade:</b>	<input type="checkbox"/>	Baixa	<input type="checkbox"/>	Média	<input type="checkbox"/>	Alta
<b>Dano(s):</b> Comprometimento da execução das atividades de manutenção predial e atraso no						

atendimento das demandas operacionais da unidade responsável.	
<b>Ação(ões) Preventiva(s):</b> Definição clara dos prazos de fornecimento no Termo de Referência e acompanhamento sistemático da execução contratual pelo fiscal do contrato.	<b>Responsável:</b> Serviço de Infraestrutura Predial
<b>Prazo:</b> Durante toda a execução contratual.	
<b>Ação(ões) de Contingência:</b> Notificação da contratada e aplicação das penalidades previstas no edital e no contrato.	<b>Responsável:</b> Gestor e Fiscal do Contrato

<b>Risco 05:</b>	Fornecimento de materiais com qualidade inferior à especificada					
<b>Categoria:</b>	Técnico / Operacional					
<b>Probabilidade:</b>	<input type="checkbox"/>	Baixa	<input type="checkbox"/>	Média	<input type="checkbox"/>	Alta
<b>Impacto:</b>	<input type="checkbox"/>	Baixo	<input type="checkbox"/>	Médio	<input type="checkbox"/>	Alto
<b>Criticidade:</b>	<input type="checkbox"/>	Baixa	<input type="checkbox"/>	Média	<input type="checkbox"/>	Alta
<b>Dano(s):</b> Recebimento de materiais incompatíveis com as especificações técnicas estabelecidas, comprometendo a qualidade das intervenções de manutenção predial.						
<b>Ação(ões) Preventiva(s):</b> Definição clara das especificações técnicas no Termo de Referência e verificação da conformidade dos materiais no momento do recebimento.					<b>Responsável:</b> Serviço de Infraestrutura Predial	
<b>Prazo:</b> Durante o recebimento dos materiais.						
<b>Ação(ões) de Contingência:</b> Rejeição dos materiais em desacordo com as especificações e exigência de substituição pela contratada.					<b>Responsável:</b> Gestor e Fiscal do Contrato	

### IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO:

**Conforme o inciso X do art. 14 da Portaria nº 729/2025-GPRES, a Equipe de Planejamento responsável pela presente contratação será composta pelos seguintes servidores:**

- Integrante requisitante: Pedro Henrique Mota Emiliano;
- Integrante técnico: Pedro Henrique Mota Emiliano;
- Integrante administrativo: Suellen Carina Lopes de Queiroz.

Tribunal de Contas do Estado de Goiás, em Goiânia, 16 de março de 2026.

**PEDRO HENRIQUE MOTA EMILIANO**  
**CHEFE DE SERVIÇO DE INFRAESTRUTURA PREDIAL**

**SUELLEN CARINA LOPES DE QUEIROZ**  
**DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO**

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026**

**PROCESSO nº 202600047001102**

**ANEXO III**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'a', da Lei n. 14.133/2021)**

**1.1.** O presente Termo de Referência tem por objeto a **aquisição de materiais destinados às atividades de manutenção predial da sede administrativa do Tribunal de Contas do Estado de Goiás**, compreendendo insumos relacionados aos sistemas de climatização e refrigeração, instalações hidrossanitárias, instalações elétricas, ferramentas técnicas e materiais de construção.

**1.2.** Os materiais serão utilizados na execução de **manutenções preventivas, corretivas e pequenas ampliações das instalações prediais**, necessárias à preservação das condições adequadas de funcionamento da infraestrutura física do Tribunal.

**1.3.** O objeto da contratação foi **estruturado em lotes distintos**, conforme planilha orçamentária anexa, considerando a natureza e a compatibilidade técnica dos materiais, com o objetivo de ampliar a competitividade do certame e possibilitar a participação de fornecedores especializados.

**1.4.** O fornecimento dos materiais ocorrerá **de forma parcelada**, conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de **Ordem de Fornecimento** pela contratante.

**1.5.** Os materiais deverão ser entregues na sede administrativa do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, localizada na **Av. Ubirajara Berocan Leite, nº 640, Setor Jaó, Goiânia – GO**, ou em outro local indicado pela Administração.

**1.6.** O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado nas hipóteses previstas no art. 111 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrado o interesse da Administração e mantidas as condições mais vantajosas para a Administração Pública.

**2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei n. 14.133/2021)**

**2.1.** A presente contratação fundamenta-se na necessidade de garantir a disponibilidade de materiais destinados às atividades de manutenção predial da sede administrativa do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

**2.2.** Os materiais a serem adquiridos serão utilizados na execução de manutenções preventivas e corretivas, bem como em pequenas ampliações e adequações das instalações prediais, abrangendo sistemas de climatização e refrigeração, instalações hidrossanitárias, instalações elétricas, ferramentas técnicas e materiais de construção.



**2.3.** A manutenção adequada da infraestrutura predial constitui atividade essencial para assegurar o funcionamento regular das instalações do Tribunal, prevenir falhas operacionais em sistemas prediais e preservar o patrimônio público.

**2.4.** A aquisição dos materiais permitirá a formação de estoque mínimo de insumos necessários às atividades de manutenção predial, possibilitando maior agilidade no atendimento das demandas operacionais da unidade responsável pela infraestrutura predial.

**2.5.** A necessidade da contratação foi analisada no **Estudo Técnico Preliminar – ETP**, elaborado nos termos da Lei nº 14.133/2021, no qual foram avaliadas as alternativas disponíveis no mercado e definida a solução mais adequada para atendimento da demanda institucional.

**2.6.** A contratação encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual – PCA 2026 do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, no Item 68 – “Material para manutenção, reparos e conservação de bens imóveis”, considerando a natureza predominante do objeto voltada à manutenção e conservação da infraestrutura predial institucional.

### **3. DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’, da Lei n. 14.133/2021)**

**3.1.** A solução adotada consiste na **aquisição de materiais destinados às atividades de manutenção predial da sede administrativa do Tribunal de Contas do Estado de Goiás**, abrangendo insumos utilizados nos sistemas de climatização e refrigeração, instalações hidrossanitárias, instalações elétricas, ferramentas técnicas e materiais de construção.

**3.2.** Os materiais serão utilizados pela unidade responsável pela infraestrutura predial para a execução de atividades de manutenção preventiva e corretiva, bem como para a realização de pequenas ampliações e adequações das instalações físicas da edificação.

**3.3.** A contratação será realizada mediante procedimento licitatório, com seleção de empresa especializada no fornecimento dos materiais especificados neste Termo de Referência.

**3.4.** Considerando a diversidade dos materiais que compõem o objeto da contratação, os itens foram organizados em **lotes distintos**, agrupando materiais de natureza técnica semelhante, com o objetivo de ampliar a competitividade do certame e possibilitar a participação de fornecedores especializados.

**3.5.** O fornecimento ocorrerá **de forma parcelada**, conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de **Ordens de Fornecimento**, permitindo melhor gestão do estoque e maior adequação às demandas operacionais da unidade responsável pela manutenção predial.

**3.6.** A solução adotada busca assegurar a disponibilidade de materiais necessários à execução das atividades de manutenção predial, contribuindo para a preservação das instalações físicas, a continuidade das atividades administrativas e a adequada conservação do patrimônio público.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘d’, da Lei n. 14.133/2021)**



**4.1.** Os materiais a serem fornecidos deverão atender integralmente às especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e na planilha orçamentária que integra o processo administrativo da contratação.

**4.2.** Todos os materiais deverão ser novos, de primeiro uso, não sendo admitidos produtos reconicionados, reutilizados ou provenientes de remanufatura.

**4.3.** Os produtos fornecidos deverão possuir **qualidade compatível com o uso institucional**, observando as normas técnicas aplicáveis e os padrões de desempenho normalmente adotados para materiais utilizados em atividades de manutenção predial.

**4.4.** Os materiais deverão ser entregues **em suas embalagens originais de fabricação**, devidamente lacradas e identificadas, contendo informações claras quanto à marca, modelo, especificações técnicas e demais dados necessários à identificação do produto.

**4.5.** Quando aplicável, os produtos deverão possuir **garantia técnica do fabricante**, válida a partir da emissão da respectiva nota fiscal.

**4.6.** Sempre que houver indicação de **marca ou modelo de referência** nas especificações técnicas, esta terá caráter meramente indicativo de qualidade e padrão técnico, sendo admitidos produtos equivalentes ou superiores, desde que comprovada sua compatibilidade técnica com as especificações estabelecidas.

**4.7.** Os materiais fornecidos deverão ser compatíveis com os sistemas e padrões técnicos atualmente utilizados na infraestrutura predial do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

**4.8.** A contratada deverá assegurar que os materiais fornecidos atendam às normas técnicas aplicáveis, incluindo, quando cabível, normas da **ABNT**, certificações de conformidade e requisitos de eficiência energética estabelecidos por órgãos reguladores.

**4.9.** Os materiais objeto da presente contratação não se enquadram como bens de luxo, nos termos do art. 20 da Lei nº 14.133/2021, tratando-se de itens de consumo comuns e necessários à execução das atividades institucionais de manutenção predial do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

#### **4.10. SUBCONTRATAÇÃO**

**4.10.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto da presente contratação.

**4.10.2.** A vedação à subcontratação justifica-se em razão da natureza do objeto, que consiste no fornecimento direto de materiais, não havendo complexidade técnica ou operacional que demande a participação de terceiros na execução contratual.

**4.10.3.** A contratada deverá responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento dos materiais especificados neste Termo de Referência, bem como pelo cumprimento de todas as obrigações contratuais decorrentes da contratação.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'e', da Lei n. 14.133/2021)**

#### **5.1. FORMA DE FORNECIMENTO, PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA**

**5.1.1.** O fornecimento dos materiais será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de Ordem de Fornecimento pela contratante.



**5.1.2.** Cada Ordem de Fornecimento indicará, no mínimo:

I – os itens a serem fornecidos;

II – as quantidades solicitadas;

III – o prazo para entrega;

IV – o local de entrega, quando diverso do endereço padrão da Administração.

**5.1.3.** As Ordens de Fornecimento serão encaminhadas preferencialmente **por meio eletrônico**, sendo considerada como data de recebimento aquela confirmada pela contratada ou registrada no sistema utilizado pela Administração.

**5.1.4.** A contratada deverá iniciar as providências necessárias ao fornecimento em até 3 (três) dias corridos após o recebimento da Ordem de Fornecimento, devendo concluir a entrega dos materiais no prazo máximo de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, salvo prazo diverso expressamente estabelecido pela Administração em razão das características específicas do item solicitado.

**5.1.5.** Os materiais deverão ser entregues na sede administrativa do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, localizada na Avenida Ubirajara Berocan Leite, nº 640, Setor Jaó, Goiânia – GO, ou em outro local indicado pela Administração.

**5.1.6.** A entrega deverá ocorrer em horário previamente acordado com a unidade responsável pela infraestrutura predial, respeitando o horário de funcionamento do Tribunal.

**5.1.7.** Os materiais deverão ser entregues **novos, sem uso anterior**, devidamente acondicionados em **embalagens originais do fabricante**, em perfeitas condições de transporte, armazenamento e utilização.

**5.1.8.** No momento da entrega, a contratada deverá apresentar **nota fiscal correspondente aos materiais fornecidos**, contendo a identificação dos itens e respectivas quantidades.

**5.1.9.** Todas as despesas relacionadas ao transporte, carga, descarga, seguro e demais custos logísticos necessários à entrega dos materiais serão de responsabilidade exclusiva da contratada.

**5.2. GARANTIA MÍNIMA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

**5.2.1.** Os materiais fornecidos deverão possuir **garantia mínima conforme o Código de Defesa do Consumidor**, sem prejuízo de eventual garantia adicional oferecida pelo fabricante.

**5.2.2.** Quando o item possuir garantia do fabricante, esta deverá ser integralmente repassada à Administração, contada da data do recebimento definitivo ou da emissão da nota fiscal, conforme a natureza do produto.

**5.2.3.** Durante o período de garantia, a contratada deverá promover, sem ônus para a Administração, a substituição dos materiais que apresentarem vícios, defeitos de fabricação ou desconformidade com as especificações técnicas exigidas.

**5.2.4.** Os materiais substituídos deverão possuir as mesmas características técnicas e padrões de qualidade originalmente contratados.

### **5.3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**5.3.1.** Fornecer os bens em conformidade com as especificações técnicas, nos prazos e nos locais previstos neste Termo de Referência, com boa qualidade técnica e estética, e atendendo todas as normas técnicas brasileiras pertinentes.

**5.3.2.** Todos os produtos ofertados devem possuir garantia técnica da própria fabricante, oferecida no prazo mínimo estabelecido no Código de Defesa do Consumidor;

**5.3.3.** Responsabilizar-se perante a CONTRATANTE pelos eventuais danos ou desvios causados aos bens que lhe forem confiados ou aos seus prepostos, devendo efetuar o ressarcimento correspondente imediatamente após o recebimento da notificação, sob pena de glosa de valores devidos.

**5.3.4.** Assumir a responsabilidade por todos os danos e perdas causados a terceiros, diretamente resultantes de ação ou omissão de seus empregados ou prepostos.

**5.3.5.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**5.3.6.** Cumprir rigorosamente os prazos de entrega estabelecidos nas Ordens de Fornecimento;

**5.3.7.** Responsabilizar-se pelo transporte, carga e descarga dos materiais até o local indicado pela Administração;

**5.3.8.** Substituir, sem ônus para a Administração, os materiais que apresentarem defeitos ou desconformidade com as especificações;

**5.3.9.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os materiais que apresentarem vícios, defeitos ou incorreções;

**5.3.10.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

**5.3.11.** Cientificar imediatamente o fiscal ou gestor contratuais sobre qualquer ocorrência anormal que afete o fornecimento do objeto.

**5.3.12.** Corrigir, prontamente, quaisquer erros ou malfeitos no fornecimento do objeto, atendendo assim, as reclamações, exigências ou observações feitas pelo fiscal ou gestor contratuais.

**5.3.13.** Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto que se fizerem necessários, na forma prevista no art. 125 da Lei Federal n.14.133/2021.

**5.3.14.** Não subcontratar ou transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, salvo nas hipóteses expressamente autorizadas neste Termo de Referência.

**5.3.15.** Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.



**5.3.16.** A inadimplência da CONTRATADA em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir sua utilização pela Administração.

**5.3.17.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto.

**5.3.18.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los caso o previsto inicialmente não seja suficiente para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos previstos no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

#### **5.4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**5.4.1.** Fornecer todas as informações, documentos e esclarecimentos necessários à plena execução do contrato.

**5.4.2.** Efetuar o pagamento devido, mediante Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais.

**5.4.3.** Anotar em registro próprio e notificar a CONTRATADA sobre quaisquer falhas verificadas no cumprimento contratual, para fins de correção dentro do prazo estabelecido.

**5.4.4.** Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA às instalações da CONTRATANTE, sempre que se fizer necessário, desde que devidamente identificados e exclusivamente para execução dos serviços contratados.

**5.4.5.** Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto executado em desacordo com as quantidades, condições e especificações definidas neste Termo de Referência.

**5.4.6.** Exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, podendo, quando for o caso, aplicar as sanções administrativas cabíveis ou promover a rescisão contratual, nos termos da legislação aplicável.

**5.4.7.** Não se responsabilizar por quaisquer despesas realizadas pela CONTRATADA que não tenham sido previamente autorizadas.

#### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “f”, da Lei n. 14.133/2021)**

**6.1.** A fiscalização e a gestão do contrato competirão, respectivamente, aos servidores Pedro Henrique Mota Emiliano e Suellen Carina Lopes de Queiroz, nos termos do art. 13, inciso I, da Portaria n. 729/2025 -GPRES do TCE-GO.

**6.2.** À fiscalização competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução, dando ciência de tudo à CONTRATADA.

**6.3.** As comunicações entre o Tribunal de Contas do Estado de Goiás e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, devendo todas serem devidamente registradas nos autos do processo de contratação.

**6.4.** O fiscal do contrato acompanhará e fiscalizará o fornecimento dos materiais, cabendo-lhe

- I – anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou defeitos observados;
- II – informar a seus superiores, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;
- III – comunicar, por meio de notificações e relatórios de vistoria, as ocorrências verificadas e fazer as determinações necessárias à perfeita execução contratual;
- IV - proceder, conforme os prazos de entrega estabelecidos, às verificações dos materiais fornecidos
- V – adotar medidas preventivas de controle da execução contratual;
- VI – avaliar os materiais fornecidos pela CONTRATADA quanto à qualidade e conformidade;
- VII – exigir o cumprimento das normas técnicas e especificações aplicáveis ao objeto;
- VIII – realizar, na forma do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, o recebimento do objeto contratado;
- IX – propor, quando for o caso, a aplicação de sanções à CONTRATADA, observadas as formalidades legais;
- X - verificar a compatibilidade da qualidade e da quantidade dos materiais fornecidos em relação ao objeto contratado.

**6.5.** As decisões e providências que ultrapassarem a competência do gestor e do fiscal do contrato deverão ser encaminhadas à autoridade competente, em tempo hábil para a adoção das medidas cabíveis.

**6.6.** Além do acompanhamento e da fiscalização da execução do objeto, o fiscal do contrato poderá recusar o recebimento de materiais fornecidos em desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

**6.7.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua execução contratual, nos termos do art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

**6.8.** Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto da contratação deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem qualquer ônus adicional para o Tribunal.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘g’, da Lei n. 14.133/2021)**

**7.1.** Após a entrega do objeto, para fins de pagamento, a CONTRATADA deverá emitir a **Nota Fiscal/Fatura correspondente** ou instrumento de cobrança equivalente e apresentá-la ao CONTRATANTE.

**7.2.** O objeto será recebido pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, da seguinte forma:



**I - Recebimento provisório:** de forma sumária, no ato da entrega, para verificação da conformidade das quantidades e das condições aparentes dos materiais;

**II - Recebimento definitivo:** por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, no prazo máximo de até **10 (dez) dias úteis** contados do recebimento provisório, que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

**7.3.** O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência.

**7.4.** Qualquer não conformidade quanto ao objeto contratado, apontada pelo servidor responsável, acarretará o não recebimento definitivo.

**7.4.1.** O servidor responsável discriminará, em termo circunstanciado, as irregularidades encontradas, ficando a CONTRATADA obrigada a adotar as providências necessárias à sua correção, no prazo estabelecido pela Administração, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

**7.5.** Caberá à CONTRATADA sanar as irregularidades apontadas no recebimento, substituindo os materiais e submetendo-os à nova verificação.

**7.5.1.** O pagamento ficará suspenso até a regularização das pendências, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.

**7.6.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela qualidade, durabilidade e conformidade dos materiais fornecidos, nem sua responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**7.7.** Verificada a conformidade dos materiais fornecidos, o servidor responsável autorizará o pagamento, mediante ateste da Nota Fiscal/Fatura.

**7.8.** O Tribunal de Contas do Estado de Goiás efetuará o pagamento de forma parcelada, conforme o fornecimento dos materiais, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do ateste da Nota Fiscal/Fatura pelo fiscal do contrato e do regular processamento da despesa.

**7.9.** No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples;

**7.10.** O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

**7.11.** O pagamento será creditado em favor da CONTRATADA, por meio de Ordem Pagamento, em qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo, para isto, ficar especificado o nome do banco, agência com a qual opera, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

**7.12.** O Tribunal de Contas do Estado de Goiás não efetuará pagamento por meio de títulos de cobrança bancária.



**7.13.** Qualquer erro ou omissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da CONTRATADA e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

**7.14.** Quando do pagamento a ser efetuado pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás, a CONTRATADA deverá comprovar sua regularidade no tocante à Documentação Obrigatória (Receita Federal/INSS, Dívida Ativa da União, Estado e Município, FGTS e Justiça do Trabalho). Tal comprovação será objeto de confirmação “ON LINE”.

**7.15.** Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação das obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA ou inadimplência total ou parcial referente à contratação.

#### **7.16. REAJUSTE**

**7.16.1.** Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado.

**7.16.2.** Após esse período, em caso de prorrogação contratual ou continuidade da execução, os preços poderão ser reajustados mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou outro índice que venha a substituí-lo, observada a legislação vigente.

### **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘h’, da Lei n. 14.133/2021)**

**8.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR LOTE**.

**8.1.1.** Será observada a destinação exclusiva de lotes às microempresas e empresas de pequeno porte, quando cabível, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, conforme indicado no Estudo Técnico Preliminar.

**8.1.2.** Será adotado o **modo de disputa aberto**, por se tratar de contratação de bens comuns, com ampla competitividade no mercado.

**8.2.** Não será admitida a participação de pessoas jurídicas em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, por não se tratar de contratação de alta complexidade técnica ou de grande vulto, sendo plenamente viável a execução do objeto por empresas individualmente consideradas.

#### **8.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**8.3.1.** Considerando que o objeto da presente contratação consiste na aquisição de bens comuns, padronizados e amplamente disponíveis no mercado, não se mostra necessária a exigência de qualificação técnica específica.

**8.3.2.** A dispensa de exigência de qualificação técnica encontra fundamento nos princípios da **razoabilidade, proporcionalidade e competitividade**, previstos na Lei nº 14.133/2021, evitando restrições indevidas à participação de interessados.





**8.3.3.** A natureza padronizada do objeto e sua ampla disponibilidade no mercado permitem a adequada execução contratual sem a necessidade de exigência de qualificação técnica específica.

#### **8.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**8.4.1.** Considerando a natureza comum e padronizada do objeto, o fornecimento parcelado dos materiais, a baixa complexidade da execução contratual, o pagamento condicionado ao efetivo recebimento do objeto e a reduzida exposição da Administração a riscos relevantes decorrentes de eventual inadimplemento contratual, não se mostra necessária a exigência de balanço patrimonial, demonstrações contábeis ou índices econômico-financeiros.

**8.4.2.** Para fins de qualificação econômico-financeira, será exigida apenas a apresentação de certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

**8.4.3.** Entende-se que as exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista mostram-se suficientes para mitigação dos riscos da contratação, observados os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e competitividade previstos na Lei nº 14.133/2021.

#### **8.5. HABILITAÇÕES JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

**8.5.1.** Nos moldes do art. 66, da Lei nº 14.133/2021, para fins de HABILITAÇÃO JURÍDICA será exigido, cujos documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva:

- a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- e) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971; e

**8.5.2.** Nos moldes do art. 68, da Lei nº 14.133/2021, para fins de HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA será exigido:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

g) Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

h) Prova de regularidade para com a Fazenda Pública do Estado de Goiás (art. 88, da Lei estadual nº 17.928/2012);

i) O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

## **8.6. GARANTIA DA PROPOSTA**

**8.6.1.** Considerando a natureza do objeto e o baixo risco de desistência injustificada por parte dos licitantes, **não será exigida garantia da proposta**, evitando-se a imposição de encargos desnecessários que possam restringir a competitividade do certame.

## **8.7. AMOSTRA**

**8.7.1.** Não será exigida apresentação de amostras, considerando que os materiais possuem especificações padronizadas e são amplamente disponíveis no mercado, sendo possível sua adequada avaliação por meio das especificações técnicas constantes neste Termo de Referência.

**9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'i', da Lei n. 14.133/2021)**

**9.1.** O valor estimado da contratação é de **R\$ 396.645,38 (trezentos e noventa e seis mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e trinta e oito centavos)**, conforme planilha orçamentária constante dos autos do processo administrativo.

**9.2.** Não serão aceitas propostas com valor global por lote superior ao respectivo valor estimado pela Administração, sem prejuízo da verificação da exequibilidade e da compatibilidade dos preços unitários dos itens que compõem cada lote.

**9.3.** Os preços estimados especificados neste Termo de Referência, unitários, totais e global, correspondem aos preços máximos nos quais o objeto poderá ser adjudicado, não sendo admitida a contratação por valores superiores.

**9.4.** O orçamento estimativo foi elaborado na fase preparatória da contratação, tendo como data-base **02 de fevereiro de 2026**, conforme registros constantes dos autos.

**9.5.** Os preços inicialmente contratados serão fixos e irreajustáveis pelo prazo de **12 (doze) meses**, contado da data do orçamento estimado.

**9.6.** Após o interregno de um ano, os preços poderão ser reajustados mediante aplicação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**9.7.** O pedido de reajustamento de preços deverá ser formulado pela CONTRATADA durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, sob pena de preclusão.

**9.8.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**9.9.** O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajustamento poderá ser realizado por simples apostila.

**9.10.** Quando o índice de reajuste do período apresentar variação negativa, caberá ao gestor do contrato promover o ajuste em favor da Administração.

**10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'j', da Lei n. 14.133/2021)**

**10.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das seguintes classificações orçamentárias e naturezas de despesa, conforme Informação nº 172/2026 – DI-COF:

I – Classificação Orçamentária:

2026.0201.01.032.4200.4215.03.25000100.90.0000

Naturezas de Despesa:

- 3.3.90.30.33 – Material para manutenção de bens imóveis;
- 3.3.90.30.34 – Material para sinalização visual e afins.

**II – Classificação Orçamentária:**

2026.0201.01.032.4200.4215.04.15000100.90.0000

**Naturezas de Despesa:**

- 4.4.90.52.11 – Máquinas e equipamentos energéticos;
- 4.4.90.52.13 – Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina;
- 4.4.90.52.20 – Equipamentos de processamento de dados;
- 4.4.90.52.22 – Equipamentos e utensílios hidráulicos e elétricos.

**10.2.** A execução da despesa observará a disponibilidade orçamentária e financeira do exercício correspondente, condicionada à emissão da respectiva Nota de Empenho.

**11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**11.1.** Os casos omissos e as dúvidas surgidas durante a execução contratual serão resolvidos na esfera administrativa, mediante decisão motivada da autoridade competente, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, do Edital e deste Termo de Referência.

**11.2.** O presente Termo de Referência vincula as partes e seus sucessores, que se obrigam ao fiel cumprimento de suas disposições.

**11.3.** A participação na licitação implica a plena aceitação das condições estabelecidas neste Termo de Referência e a submissão integral às normas nele contidas.

**11.4.** A licitante deverá indicar, em sua proposta ou posteriormente, os dados de contato do responsável pela execução do contrato, incluindo nome e telefone, para fins de comunicação com a Administração.

**11.5.** Integram este Termo de Referência, para todos os fins, os seguintes anexos:

- **Anexo I – Orçamento Estimativo**
- **Anexo II – Mapa de Risco**

**12. IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO:**

**12.1.** Conforme o inciso X, do artigo 14, da Portaria nº 729/2025-GPRES, a Equipe de Planejamento responsável pela contratação será constituída pelos servidores:

- Integrante requisitante: Pedro Henrique de Mota Emiliano;
- Integrante técnico: Pedro Henrique de Mota Emiliano; e
- Integrante administrativo: Suellen Carina Lopes de Queiroz.

**Tribunal de Contas do Estado de Goiás, em Goiânia, 20 de maio de 2026.**

PEDRO HENRIQUE DE MOTA EMILIANO

**CHEFE DE SERVIÇO DE INFRAESTRUTURA PREDIAL**

SUELLEN CARINA LOPES DE QUEIROZ

**DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO**

**ANEXO I**

**PLANILHA ORÇAMENTÁRIA (VALOR GLOBAL POR LOTE)**

<b>LOTE</b>	<b>VALOR GLOBAL ESTIMADO POR LOTE</b>
<b>1</b>	R\$ 33.083,64
<b>2</b>	R\$ 59.024,00
<b>3</b>	R\$ 64.792,00
<b>4</b>	R\$ 21.311,90
<b>5</b>	R\$ 16.529,15
<b>6</b>	R\$ 34.776,00
<b>7</b>	R\$ 39.891,40
<b>8</b>	R\$ 52.852,39
<b>9</b>	R\$ 39.668,67
<b>10</b>	R\$ 24.039,23
<b>11</b>	R\$ 10.677,00
<b>VALOR TOTAL</b>	<b>R\$ 396.645,38</b>

**ANEXO II**

**PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE COMPOSIÇÃO DOS LOTES**

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	CUSTO UNIT. MEDIANA	CUSTO TOTAL
1	1.1	<p>Aparelho de refrigeração split de teto, tipo cassete, com inverter, com capacidade mínima de 36000 Btu/h, ciclo frio, quatro vias, 220V, monofásico ou trifásico, três anos de garantia técnica da fabricante para o compressor, manual de instalação em português, classificação energética do INMETRO Classe A. Referência: SAMSUNG F-CAC-036DN4DK, LG, Carrier ou de melhor qualidade técnica.</p>	un	2,00	R\$ 11.443,32	R\$ 22.886,64
1	1.2	<p>Aparelho de refrigeração split de parede hi wall, condensadora retangular, com inverter, com capacidade mínima de 18000 Btu/h, ciclo frio, 220V, monofásico, um ano de garantia técnica da fabricante para o compressor, manual de instalação em português, classificação energética do INMETRO Classe A. Referência: Gree, LG,</p>	un	3,00	R\$ 3.399,00	R\$ 10.197,00





LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	CUSTO UNIT. MEDIANA	CUSTO TOTAL
		Carrier ou de melhor qualidade técnica.				
2	2.1	Fancolete hidrônico tipo cassete com capacidade de pelo menos 12.000Btu/h, tensão de funcionamento de 220V, com controle remoto e receptor incluso, monofásico, com filtro. Ref. Hitachi TCCD12C3P ou de melhor qualidade.	un	8,00	R\$ 7.378,00	R\$ 59.024,00
3	3.1	Fancolete hidrônico tipo cassete com capacidade de pelo menos 20.000Btu/h, tensão de funcionamento de 220V, com controle remoto e receptor incluso, monofásico, com filtro. Ref. Hitachi TCCD24C3P ou de melhor qualidade.	un	8,00	R\$ 8.099,00	R\$ 64.792,00
4	4.1	Filtro de ar condicionado lavável. Ref. Hitachi 17B28959A ou de melhor qualidade	un	20,00	R\$ 391,30	R\$ 7.826,00
4	4.2	Conector PEX macho água 20mm X 3/4". Ref. Astra ou Emmeti ou de melhor qualidade.	un	50,00	R\$ 32,35	R\$ 1.617,50
4	4.3	Conector PEX macho água 20mm X 1/2". Ref. Astra ou Emmeti ou de melhor qualidade.	un	50,00	R\$ 30,90	R\$ 1.545,00



LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	CUSTO UNIT. MEDIANA	CUSTO TOTAL
4	4.4	Redução PEX água 20mm X 16mm X 20mm. Ref. Astra ou Emmeti ou de melhor qualidade.	un	20,00	R\$ 47,12	R\$ 942,40
4	4.5	Luva união água emenda PEX 20mm. Ref. Astra ou Emmeti ou de melhor qualidade.	un	20,00	R\$ 26,30	R\$ 526,00
4	4.6	Mangueira PEX para água, 20mm, custo por metro.	m	200,00	R\$ 12,45	R\$ 2.490,00
4	4.7	Mangueira PEX para água, 32mm, custo por metro.	m	100,00	R\$ 40,16	R\$ 4.016,00
4	4.8	Kit termostato/controlador de temperatura Carel thTune KCO0081.	un	1,00	R\$ 2.349,00	R\$ 2.349,00
5	5.1	Parafusadeira de impacto 40V, com uma bateria, carregador e maleta. Ref. Makita Td003gz ou de melhor qualidade.	un	1,00	R\$ 2.110,00	R\$ 2.110,00
5	5.2	Pinador à bateria com duas baterias 2Ah e carregador 20V. Ref. Dewalt DCN680B ou de melhor qualidade técnica.	un	1,00	R\$ 3.599,90	R\$ 3.599,90
5	5.3	Serra de mesa, com mesa inclusa, 1800W, 220V, um disco de 254mm, com extensão de mesa, um guia para corte em ângulo, manual em português, bancada com pelo menos 550x550mm, mesa com largura total de pelo menos 1 metro, capacidade de corte longitudinal,	un	1,00	R\$ 2.500,32	R\$ 2.500,32



LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	CUSTO UNIT. MEDIANA	CUSTO TOTAL
		extensão da mesa acima de 250mm. Ref. Bosch Gts 254 ou de melhor qualidade técnica.				
5	5.4	Kit de dobradeira de calhas, rufos e pingadeiras F-37 e F-6. Ref. Metal Fierro ou de melhor qualidade	kit	1,00	R\$ 2.006,92	R\$ 2.006,92
5	5.5	Alicate bomba d'água 10 ou 12 polegadas. Ref. Tramontina Pro ou de melhor qualidade	un	2,00	R\$ 187,20	R\$ 374,40
5	5.6	Bolsa média para transporte de ferramentas, 15kg, dimensões 30x48cm, garantia da fabricante por pelo menos 3 meses. Ref. Bosch ou de melhor qualidade	un	3,00	R\$ 251,45	R\$ 754,35
5	5.7	Kit de chave inglesa ajustável 6", 8", 10" e 12". Ref. Tramontina Pro ou Irwin Vise Grip ou de melhor qualidade	un	1,00	R\$ 440,00	R\$ 440,00
5	5.8	Desentupidora elétrica, 220V, potência elétrica de pelo menos 390W, com sistema de reversão e pelo menos 8 acessórios e comprimento do cabo de pelo menos 30 metros. Ref. Bonder DV390 ou de melhor qualidade técnica	un	1,00	R\$ 4.743,26	R\$ 4.743,26
6	6.1	Caixa de parafuso autobrocante 12x4 5,5x102, rosca dupla BW, com 100 unidades. Ref.	pc	15,00	R\$ 66,80	R\$ 1.002,00



LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	CUSTO UNIT. MEDIANA	CUSTO TOTAL
		Paramax ou de melhor qualidade				
6	6.2	Placa 2 postos separados 4x2", acabamento branco fosco, sem parafusos aparentes, tomadas com bordas circulares, conforme padrão existente. Legrand Pial Nereya 663220	un	500,00	R\$ 8,82	R\$ 4.410,00
6	6.3	Placa 4 postos separados 4x4", acabamento branco fosco, sem parafusos aparentes, tomadas com bordas circulares, conforme padrão existente. Legrand Pial Nereya 663436	un	200,00	R\$ 14,29	R\$ 2.858,00
6	6.4	Suporte 4x2" para placas Pial Nereya, conforme padrão existente. Ref. Legrand Pial 663299	un	800,00	R\$ 3,39	R\$ 2.712,00
6	6.5	Suporte 4x4" para placas Pial Nereya, conforme padrão existente. Ref. Legrand Pial 663499	un	400,00	R\$ 15,78	R\$ 6.312,00
6	6.6	Módulo de tomada 2P+T 10A 250V Pial Nereya. Ref. Legrand Pial 663050	un	500,00	R\$ 14,97	R\$ 7.487,00
6	6.7	Módulo de tomada 2P+T 20A 250V Pial Nereya. Ref. Legrand Pial 663056	un	200,00	R\$ 18,99	R\$ 3.798,00
6	6.8	Conjunto de tomada 2P+T 10A 250V, acabamento branco fosco, sem parafusos aparentes, tomadas com bordas curvas,	un	400,00	R\$ 12,83	R\$ 5.132,00



LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	CUSTO UNIT. MEDIANA	CUSTO TOTAL
		Pial Nereya. Ref. Legrand Pial 663150				
6	6.9	Eletromecânica: gancho curto para perfilado 38x38mm zincado	un	50,00	R\$ 10,12	R\$ 506,00
6	6.10	Eletromecânica: saída lateral de eletroduto 3/4" para perfilado	un	50,00	R\$ 11,18	R\$ 559,00
7	7.1	Nobreak/UPS tipo torre para rack, capacidade de 1500VA ou 1350W, altura máxima de 2U, tensão de saída de 220V, onda senoidal pura, com USB e SNMP, bypass automático, garantia válida no Brasil por 1 ano, baterias com autonomia mínima de 10 minutos, pelo menos 6 tomadas de saída, painel LCD incluso. Ref. Intelbras DNB 1.5kVA 220v RT G2 ou de melhor qualidade.	un	5,00	R\$ 4.994,68	R\$ 24.973,40
7	7.2	Medidor de vazão ultrassônico portátil, com maleta e sensores, 15 litros a 300 litros por minuto, interface em português, garantia técnica de 1 ano com efetiva validade no Brasil. Ref. Instruval	un	1,00	R\$ 7.499,00	R\$ 7.499,00
7	7.3	Scanner 3D com precisão de 0,1mm básica e 0,02mm em modo laser, para engenharia reversa de peças mecânicas, 7 linhas de laser NIR,	un	1,00	R\$ 7.419,00	R\$ 7.419,00



LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	CUSTO UNIT. MEDIANA	CUSTO TOTAL
		deve permitir digitalização de 5mm até 2000mm, pelo menos. Ref. Creality CR-Scan Raptor 4008050049 ou de melhor qualidade técnica				
8	8.1	Telha metálica de aço galvanizado, espessura mínima de 0,43mm, sem preenchimento, trapezoidal, 1 metro de largura e 3 metros de comprimento	un	70,00	R\$ 261,60	R\$ 18.312,07
8	8.2	Chapa de aço inoxidável escovado, espessura aprox. de 0,5mm.	m²	18,00	R\$ 302,83	R\$ 5.451,00
8	8.3	Chapa de aço inoxidável polido 430, espessura aprox. de 0,5mm.	m²	18,00	R\$ 302,83	R\$ 5.451,00
8	8.4	Chapa de MDP branco de 15mm ou 18mm, 2 faces, 2750x1850mm	un	8,00	R\$ 461,62	R\$ 3.692,92
8	8.5	Chapa de MDP cinza cristal TX de 15mm, 2 faces, 2750x1850mm	un	8,00	R\$ 409,90	R\$ 3.279,20
8	8.6	Grelha fixa metálica reforçada e personalizada para caixa de água pluvial para estacionamentos, resistente a tráfego pesado de veículos, com barras horizontais paralelas e espaçamento uniforme, sem berço. Altura de 4,5cm, largura de 39cm e comprimento de 39cm. Cantoneiras laterais	un	12,00	R\$ 239,00	R\$ 2.868,00





LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	CUSTO UNIT. MEDIANA	CUSTO TOTAL
		com espessura mínima de 5mm e pelo menos 24 aletas\chapas transversais soldadas com espessura mínima de 3 milímetros por meio de duas barras circulares com diâmetro de pelo menos 9 mm.				
8	8.7	Ralo linear para água pluvial com largura de 15 ou 20 centímetros, alumínio ou aço fundido, com berço, para tráfego de pedestres. Peças com 50 ou 100 centímetros. Valor por metro linear.	m	60,00	R\$ 229,97	R\$ 13.798,20
9	9.1	Rodapé em poliestireno frisado a serem instaladas em divisórias, cor cinza ou prata, altura de 100mm e espessura de 13mm. Custo unitário por metro linear. Serão aceitas unidades brancas pintadas com tinta esmalte fosco, cor de referência Suvnil Nevoeiro pela contratada. Ref. Santa Luzia RP/PRATA 23012-454 ou 26684-3454 ou de melhor qualidade	m	400,00	R\$ 99,17	R\$ 39.668,67
10	10.1	Registro de esfera soldável 75mm. Ref. Tigre	un	4,00	R\$ 259,90	R\$ 1.039,60
10	10.2	Torneira de esfera para jardim 1/4 de volta, alavanca, metálica, garantia técnica de pelo menos	un	50,00	R\$ 76,29	R\$ 3.814,50



LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	CUSTO UNIT. MEDIANA	CUSTO TOTAL
		10 anos pela fabricante, deve suportar pressões de pelo menos 40mca. Ref. Lorenzetti 7896451829153				
10	10.3	Reparo Deca Decamatic Eco Link 1171/72/75, código Deca 46860001	un	40,00	R\$ 83,49	R\$ 3.339,60
10	10.4	Água Potável: Joelho latão 25 x 1/2 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	50,00	R\$ 6,90	R\$ 345,00
10	10.5	Água Potável: Joelho latão 32 x 3/4 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	20,00	R\$ 34,32	R\$ 686,40
10	10.6	Água Potável: Tê redução 32 x 25 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	15,00	R\$ 29,99	R\$ 449,85
10	10.7	Água Potável: Tê redução 50 x 25 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	15,00	R\$ 14,99	R\$ 224,85
10	10.8	Água Potável: Tê 90° 50 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	10,00	R\$ 27,90	R\$ 279,00
10	10.9	Água Potável: Tê 90° 75 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	10,00	R\$ 110,84	R\$ 1.108,40
10	10.10	Água Potável: Luva simples soldável 50 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	20,00	R\$ 7,84	R\$ 156,80
10	10.11	Água Potável: Luva de correr 75 mm. Ref.:	un	20,00	R\$ 43,00	R\$ 860,00



LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	CUSTO UNIT. MEDIANA	CUSTO TOTAL
		Tigre ou de melhor qualidade técnica				
10	10.12	Água Potável: Redução curta 110 x 85 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	10,00	R\$ 118,26	R\$ 1.182,60
10	10.13	Água Potável: Redução curta 32 x 25 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	30,00	R\$ 9,90	R\$ 297,00
10	10.14	Água Potável: Redução curta 50 x 40 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	20,00	R\$ 14,63	R\$ 292,60
10	10.15	Água Potável: Redução curta 60 x 50 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	10,00	R\$ 10,00	R\$ 100,00
10	10.16	Água Potável: Redução longa 60 x 50 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	10,00	R\$ 26,66	R\$ 266,60
10	10.17	Água Potável: Redução longa 85 x 60 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	10,00	R\$ 41,90	R\$ 419,00
10	10.18	Água Potável: Registro esfera 25 mm com corpo metálico em aço inox 304. Ref.: Tigre ou Docal ou de melhor qualidade técnica	un	15,00	R\$ 78,00	R\$ 1.170,00
10	10.19	Esgoto: Tê 40 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	10,00	R\$ 8,28	R\$ 82,80
10	10.20	Esgoto: Tubo 150 mm, barra com 6 metros. Ref.: Tigre ou Amanco	br	2,00	R\$ 252,00	R\$ 504,00



LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	CUSTO UNIT. MEDIANA	CUSTO TOTAL
		ou de melhor qualidade técnica				
10	10.21	Esgoto: Tubo 100 mm, barra com 6 metros, série normal. Ref.: Tigre ou Amanco ou de melhor qualidade técnica	br	20,00	R\$ 91,71	R\$ 1.834,20
10	10.22	Esgoto: Tubo 50 mm, barra com 6 metros. Ref.: Tigre ou Amanco ou de melhor qualidade técnica	br	10,00	R\$ 71,59	R\$ 715,90
10	10.23	Esgoto: Luva 100 mm. Ref.: Tigre ou Amanco ou de melhor qualidade técnica	un	6,00	R\$ 11,99	R\$ 71,94
10	10.24	Cuba de aço inoxidável de embutir ou sobrepor, dimensões mínimas de 60x40x20cm. Ref. Franke Línea ou de melhor qualidade técnica	un	3,00	R\$ 1.599,53	R\$ 4.798,59
11	11.1	Triturador de alimentos para pias, com motor com potência mínima de 0,75hp, 220V, componentes em aço inoxidável, garantia pela fabricante de 4 anos válida no Brasil. Ref. Insinkerator modelo 66 ou de melhor qualidade técnica	un	3,00	R\$ 3.010,00	R\$ 9.030,00
11	11.2	Ventilador de parede, cor preto, 60cm ou 70cm, uso industrial ou comercial, sendo vetado o fornecimento de produtos exclusivamente de uso doméstico, com	un	3,00	R\$ 549,00	R\$ 1.647,00



LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	CUSTO UNIT. MEDIANA	CUSTO TOTAL
		potência mínima de 200W, controle de velocidade de 3 níveis, suporte de aço reforçado, sendo vetado o fornecimento de suportes de plástico, certificado INMETRO.				
<b>Total</b>						<b>R\$ 396.645,38</b>

## **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026**

**PROCESSO nº 202600047001102**

### **ANEXO IV**

### **ORÇAMENTO ESTIMATIVO**

#### **1. Objeto**

O presente Orçamento Estimativo tem por finalidade subsidiar a contratação de empresa(s) para fornecimento de materiais destinados às atividades de manutenção predial da sede do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, compreendendo insumos relacionados aos sistemas de climatização e refrigeração, instalações hidrossanitárias, instalações elétricas, ferramentas técnicas e materiais de construção, conforme especificações constantes no Termo de Referência e na planilha orçamentária que integra o presente processo.

#### **2. Fundamentação**

A estimativa do valor da contratação foi elaborada em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, mediante a utilização de fontes de pesquisa aptas a refletir os preços praticados no mercado para objetos de natureza semelhante.

Considerando a diversidade e a natureza técnica dos itens que compõem o objeto da contratação, a pesquisa de preços foi realizada com base em:

- cotações diretas com fornecedores do ramo;
- consultas a sítios eletrônicos especializados;
- plataformas de comércio eletrônico;
- referências de mercado para itens equivalentes.

As informações foram consolidadas em planilha orçamentária detalhada por item, contendo a identificação das fontes consultadas, valores coletados e metodologia aplicada, assegurando rastreabilidade, transparência e aderência aos preços praticados no mercado.

Para determinados itens, em razão da especificidade técnica, baixa disponibilidade comercial ou dificuldade de obtenção de múltiplas referências equivalentes, não foi possível a obtenção de, no mínimo, três cotações válidas. Nesses casos, foram utilizados os preços efetivamente disponíveis, desde que compatíveis com as especificações técnicas exigidas e acompanhados de análise crítica de razoabilidade mercadológica, em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e com o Decreto Estadual nº 9.900/2021.

As pesquisas de preços e respectivas evidências documentais encontram-se consolidadas no documento denominado “Cotações Combinadas”, integrante da instrução processual, contendo propostas comerciais, consultas a fornecedores, pesquisas em sítios eletrônicos especializados e demais referências utilizadas para composição da estimativa.

#### **3. Metodologia adotada para estimativa do valor**





A estimativa de custos foi elaborada com base na consolidação das informações obtidas por meio das pesquisas de preços realizadas, conforme detalhado na planilha orçamentária que integra o presente processo.

Para definição dos valores estimados por item, foi adotada, preferencialmente, a mediana dos preços coletados, como medida de tendência central, com o objetivo de mitigar distorções decorrentes de valores discrepantes e assegurar maior aderência aos preços efetivamente praticados no mercado.

Nos casos em que foram identificadas diferenças relevantes entre os valores coletados, realizou-se análise crítica das especificações técnicas, marcas, modelos, capacidades, dimensões e aplicações dos materiais pesquisados, desconsiderando-se referências incompatíveis ou manifestamente destoantes da realidade mercadológica do objeto.

Quando inviável a aplicação da mediana, em razão da quantidade reduzida de referências válidas ou da especificidade técnica de determinados itens, foram considerados os valores disponíveis compatíveis com as características exigidas, observando-se os princípios da razoabilidade, economicidade e vantajosidade para a Administração Pública, mediante análise crítica da compatibilidade mercadológica dos preços obtidos.

Os valores estimados contemplam todos os custos necessários ao fornecimento dos materiais, incluindo tributos, encargos, transporte e demais despesas inerentes à execução do objeto.

#### **4. Tabela consolidada da pesquisa de preços**

Conforme planilha orçamentária consolidada anexa, contendo a descrição detalhada dos itens, quantitativos, valores unitários e totais.

#### **5. Valor estimado da contratação**

Com base na planilha orçamentária consolidada, elaborada a partir da mediana dos preços obtidos nas pesquisas de mercado por item, o valor estimado da contratação corresponde a:

R\$ 396.645,38 (trezentos e noventa e seis mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e trinta e oito centavos).

O valor estimado contempla todos os custos necessários à execução do objeto, incluindo o fornecimento dos materiais, transporte, encargos tributários e demais despesas necessárias ao pleno atendimento da demanda.

#### **6. Conclusão**

Diante dos elementos constantes dos autos, conclui-se que o orçamento estimativo foi elaborado de forma regular e fundamentada, refletindo adequadamente os preços praticados no mercado para materiais de manutenção predial.

A metodologia adotada, baseada predominantemente na utilização da mediana dos preços coletados, encontra respaldo no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 9.900/2021, assegurando maior robustez à estimativa, mitigação de distorções decorrentes

de valores discrepantes e aderência às boas práticas de formação de preços na Administração Pública.

As pesquisas realizadas consideraram a compatibilidade técnica dos materiais, a equivalência funcional dos produtos pesquisados e a disponibilidade mercadológica dos itens, observando-se critérios de razoabilidade e proporcionalidade na consolidação dos valores estimados.

Dessa forma, verifica-se a compatibilidade entre o valor estimado da contratação e os preços praticados no mercado, garantindo a observância dos princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade para a Administração Pública.

**Tribunal de Contas do Estado de Goiás, Goiânia, 20 de maio de 2026**

**Márcio Lemos Pinto Coelho Júnior**  
Assessor



LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	CUSTO UNIT. 1	CUSTO UNIT. 2	CUSTO UNIT. 3	CUSTO UNIT. MEDIANA	CUSTO TOTAL
1	1.1	Aparelho de refrigeração split de teto, tipo cassete, com inverter, com capacidade mínima de 36000 Btu/h, ciclo frio, quatro vias, 220V, monofásico ou trifásico, três anos de garantia técnica da fabricante para o compressor, manual de instalação em português, classificação energética do INMETRO Classe A. Referência: SAMSUNG F-CAC-090NADK, LG, Carrier ou de melhor qualidade técnica.	un	2,00	R\$ 11.443,32	R\$ 10.989,00	R\$ 12.928,80	R\$ 11.443,32	R\$ 22.886,64
1	1.2	Aparelho de refrigeração split de parede hi wall, condensadora retangular, com inverter, com capacidade mínima de 18000 Btu/h, ciclo frio, 220V, monofásico, um ano de garantia técnica da fabricante para o compressor, manual de instalação em português, classificação energética do INMETRO Classe A. Referência: Gree, LG, Carrier ou de melhor qualidade técnica.	un	3,00	R\$ 3.989,00	R\$ 4.038,00	R\$ 3.089,00	R\$ 3.989,00	R\$ 10.197,00
2	2.1	Fancolete hidráulico tipo cassete com capacidade de pelo menos 12.000Btu/h, tensão de funcionamento de 220V, com controle remoto e receptor incluso, monofásico, com filtro. Ref: Hitachi TOC0212C3P ou de melhor qualidade.	un	8,00	R\$ 8.528,03	R\$ 7.378,00	R\$ 8.089,00	R\$ 7.378,00	R\$ 59.024,00
3	3.1	Fancolete hidráulico tipo cassete com capacidade de pelo menos 20.000Btu/h, tensão de funcionamento de 220V, com controle remoto e receptor incluso, monofásico, com filtro. Ref: Hitachi TOC024C3P ou de melhor qualidade.	un	8,00	R\$ 8.722,64	R\$ 8.089,00	R\$ 8.929,00	R\$ 8.089,00	R\$ 64.792,00
4	4.1	Filtro de ar condicionado lavável. Ref: Hitachi 17B28B6A ou de melhor qualidade.	un	20,00	R\$ 991,30			R\$ 991,30	R\$ 7.928,00
4	4.2	Conector PEX macho água 20mm X 3/4". Ref: Asta ou Emmet ou de melhor qualidade.	un	50,00	R\$ 32,35			R\$ 32,35	R\$ 1.617,50
4	4.3	Conector PEX macho água 20mm X 1/2". Ref: Asta ou Emmet ou de melhor qualidade.	un	50,00	R\$ 30,80			R\$ 30,80	R\$ 1.545,00
4	4.4	Redução PEX água 20mm X 16mm X 10mm. Ref: Asta ou Emmet ou de melhor qualidade.	un	20,00	R\$ 47,12			R\$ 47,12	R\$ 942,40
4	4.5	Luva união água emenda PEX 20mm. Ref: Asta ou Emmet ou de melhor qualidade.	un	20,00	R\$ 26,30			R\$ 26,30	R\$ 526,00
4	4.6	Marqueteira PEX para água, 32mm, custo por metro.	m	200,00	R\$ 12,45			R\$ 12,45	R\$ 2.490,00
4	4.7	Marqueteira PEX para água, 32mm, custo por metro.	m	100,00	R\$ 40,16			R\$ 40,16	R\$ 4.016,00
4	4.8	Kit termostato/controlador de temperatura Canel ItTune KCO0081.	un	1,00	R\$ 1.700,00	R\$ 3.012,56	R\$ 2.349,00	R\$ 2.349,00	R\$ 2.349,00
5	5.1	Parafusadeira de impacto 40V, com uma bateria, carregador e maleta. Ref: Makita TD003gz ou de melhor qualidade.	un	1,00	R\$ 1.986,00	R\$ 2.110,00	R\$ 2.214,90	R\$ 2.110,00	R\$ 2.110,00
5	5.2	Finador à bateria com duas baterias 24h e carregador 20V. Ref: Dewalt DCN89B ou de melhor qualidade técnica.	un	1,00	R\$ 3.599,90	R\$ 3.499,00	R\$ 4.399,90	R\$ 3.599,90	R\$ 3.599,90
5	5.3	Serra de mesa, com mesa inclusa, 1800W, 220V, um disco de 254mm, com extensão de mesa, um guia para corte em ângulo, manual em português, bancada com pelo menos 550x550mm, mesa com largura total de pelo menos 1 metro, capacidade de corte longitudinal, extensão da mesa acima de 250mm. Ref: Bosch G5 254 ou de melhor qualidade técnica.	un	1,00	R\$ 1.956,33	R\$ 2.693,35	R\$ 2.500,32	R\$ 2.500,32	R\$ 2.500,32
5	5.4	Kit de dobradeira de calhas rufos e pregadeiras F-37 e F-4. Ref: Metal Fierro ou de melhor qualidade.	kit	1,00	R\$ 2.013,80	R\$ 1.999,64		R\$ 2.006,82	R\$ 2.006,82
5	5.5	Alicate bomba d'água 10 ou 12 ponteadas. Ref: Tramontina Pro ou de melhor qualidade.	un	2,00	R\$ 120,05	R\$ 225,15	R\$ 187,20	R\$ 187,20	R\$ 374,40
5	5.6	Bolsa média para transporte de ferramentas, 15kg, dimensões 30x45cm, garantia da fabricante por pelo menos 3 meses. Ref: Bosch ou de melhor qualidade.	un	3,00	R\$ 224,80	R\$ 278,80		R\$ 251,45	R\$ 754,35
5	5.7	Kit de chave inglesa ajustável 8", 10" e 12". Ref: Tramontina Pro ou Iwin Vise Grip ou de melhor qualidade.	un	1,00	R\$ 222,80	R\$ 546,65	R\$ 440,00	R\$ 440,00	R\$ 440,00
5	5.8	Desemparadora elétrica, 220V, potência elétrica de pelo menos 360W, com sistema de reversão e pelo menos 8 acessórios e comprimento do cabo de pelo menos 30 metros. Ref: Border DV380 ou de melhor qualidade técnica.	un	1,00	R\$ 3.758,99	R\$ 4.743,26	R\$ 4.783,32	R\$ 4.743,26	R\$ 4.743,26
6	6.1	Caixa de parafuso autobrocante 12x4 5,5x102, rosca dupla BW, com 100 unidades. Ref: Paramax ou de melhor qualidade.	pc	15,00	R\$ 66,80	R\$ 74,80	R\$ 62,15	R\$ 66,80	R\$ 1.002,00
6	6.2	Placa 2 postos separados 4x2", acabamento branco fosco, sem parafusos aparentes, tomadas com bordas circulares, conforme padrão existente. Legrand Pnl Nereya 863220	un	500,00	R\$ 8,82	R\$ 6,09	R\$ 14,00	R\$ 8,82	R\$ 4.410,00
6	6.3	Placa 4 postos separados 4x4", acabamento branco fosco, sem parafusos aparentes, tomadas com bordas circulares, conforme padrão existente. Legrand Pnl Nereya 863496	un	200,00	R\$ 14,29	R\$ 14,41	R\$ 12,66	R\$ 14,29	R\$ 2.858,00
6	6.4	Suporte 4x2" para placas Pnl Nereya, conforme padrão existente. Ref: Legrand Pnl 863296	un	800,00	R\$ 3,39	R\$ 2,35	R\$ 13,05	R\$ 3,39	R\$ 2.712,00
6	6.5	Suporte 4x4" para placas Pnl Nereya, conforme padrão existente. Ref: Legrand Pnl 863496	un	400,00	R\$ 5,48	R\$ 20,38	R\$ 15,78	R\$ 15,78	R\$ 6.312,00
6	6.6	Módulo de tomada 2P+T 10A 250V Pnl Nereya. Ref: Legrand Pnl 863050	un	500,00	R\$ 14,97	R\$ 24,80	R\$ 7,50	R\$ 14,97	R\$ 7.487,00
6	6.7	Módulo de tomada 2P+T 20A 250V Pnl Nereya. Ref: Legrand Pnl 863056	un	200,00	R\$ 18,98	R\$ 17,69	R\$ 18,98	R\$ 18,98	R\$ 3.796,00
6	6.8	Conjunto de tomada 2P+T 10A 250V, acabamento branco fosco, sem parafusos aparentes, tomadas com bordas curvas. Pnl Nereya. Ref: Legrand Pnl 863150	un	400,00	R\$ 12,83	R\$ 39,35	R\$ 9,99	R\$ 12,83	R\$ 5.132,00
6	6.9	Eletromecânica: gancho curto para perfilado 38x38mm zincado	un	50,00	R\$ 10,12			R\$ 10,12	R\$ 508,00
6	6.10	Eletromecânica: saída lateral de eletroduto 3/4" para perfilado	un	50,00	R\$ 11,18			R\$ 11,18	R\$ 559,00
7	7.1	Nobreak/UPS tipo torre para rack, capacidade de 1500VA ou 1350W, altura máxima de 2U, tensão de saída de 220V, onda senoidal pura, com USB e SNMP bypass automático, garantia válida no Brasil por 1 ano, baterias com autonomia mínima de 10 minutos, pelo menos 6 tomadas de saída, painel LCD incluso. Ref: Inelbras DNB 1.5kVA 220V RT G2 ou de melhor qualidade.	un	5,00	R\$ 2.986,00	R\$ 4.894,88	R\$ 5.648,80	R\$ 4.894,88	R\$ 24.873,40
7	7.2	Medidor de vazão ultrassônico portátil, com maleta e sensores, 15 litros a 300 litros por minuto, interface em português, garantia técnica de 1 ano com efetiva validade no Brasil. Ref: Instruvalle	un	1,00	R\$ 7.499,00	R\$ 6.289,00	R\$ 8.111,32	R\$ 7.499,00	R\$ 7.499,00



7	7.3	Scanner 3D com precisão de 0,1mm básica e 0,02mm em modo laser, para engenharia reversa de peças mecânicas, 7 linhas de laser NIR, deve permitir digitalização de 5mm até 2000mm, pelo menos. Ref: Creatlly CR-Scan Raptor 4008050040 ou de melhor qualidade técnica	un	1,00	R\$ 6.700,00	R\$ 7.419,00	R\$ 6.377,00	R\$ 7.419,00	R\$ 7.419,00
8	8.1	Telha metálica de aço galvanizado, espessura mínima de 0,43mm, sem preenchimento, trapezoidal, 1 metro de largura e 3 metros de comprimento	un	70,00	R\$ 281,80	R\$ 276,49	R\$ 219,61	R\$ 261,80	R\$ 18.312,07
8	8.2	Chapa de aço inoxidável escovado, espessura aprox. de 0,5mm.	m²	18,00	R\$ 1.708,33	R\$ 302,83	R\$ 182,80	R\$ 302,83	R\$ 6.451,00
8	8.3	Chapa de aço inoxidável polido 430, espessura aprox. de 0,5mm.	m²	18,00	R\$ 1.708,33	R\$ 302,83	R\$ 302,83	R\$ 302,83	R\$ 5.451,00
8	8.4	Chapa de MDP branco de 15mm ou 18mm, 2 faces, 2750x1850mm	m²	8,00	R\$ 409,28	R\$ 13,95	R\$ 313,95	R\$ 461,82	R\$ 3.692,82
8	8.5	Chapa de MDP cinza opala 1X de 15mm, 2 faces, 2750x1850mm	un	8,00	R\$ 357,77	R\$ 481,11	R\$ 409,90	R\$ 409,90	R\$ 3.279,20
8	8.6	Grade metálica reforçada e personalizada para calha de água pluvial para estabelecimentos, resistente a rãtego pesado de veículos, com barras horizontais paralelas e espaçamento uniforme, sem berço. Altura de 4,5cm, largura de 30cm e comprimento de 30cm. Cantoneiras laterais com espessura mínima de 5mm e pelo menos 24 aletas/chapas transversais soldadas com espessura mínima de 3 milímetros por meio de duas barras circulares com diâmetro de pelo menos 8 mm.	un	12,00	R\$ 414,00	R\$ 152,92	R\$ 239,00	R\$ 239,00	R\$ 2.898,00
8	8.7	Ralo linear para água pluvial com largura de 15 ou 20 centímetros, alumínio ou aço fundido, com berço, para táfego de pedestres. Peças com 50 ou 100 centímetros. Valor por metro linear.	m	60,00	R\$ 643,33	R\$ 168,00	R\$ 229,97	R\$ 229,97	R\$ 13.798,20
9	9.1	Rodapé em poliestireno fixado a serem instaladas em divisórias, cor cinza ou prata, altura de 100mm e espessura de 13mm. Custo unitário por metro linear. Serão aceitas unidades brancas pintadas com tinta esmalte fosco, cor de referência Suvill Neveiro pela contratada. Ref: Santa Luzia RP/RATA-23012-454 ou 20894-3454 ou de melhor qualidade	m	400,00	R\$ 32,48	R\$ 109,52	R\$ 99,17	R\$ 99,17	R\$ 39.698,67
10	10.1	Redeio de esfera soldável 75mm. Ref: Tigre	un	4,00	R\$ 259,90			R\$ 259,90	R\$ 1.039,60
10	10.2	Torneira de esfera para jardim 1/4 de volta, alavanca, metálica, garantia técnica de pelo menos 10 anos pelo fabricante, deve suportar pressões de pelo menos 40mha. Ref: Lorenzetti 1899451829153	un	50,00	R\$ 76,29	R\$ 68,50	R\$ 105,40	R\$ 76,29	R\$ 3.814,50
10	10.3	Reparo Decca Decamático Eco Link 117117275, código Decca 48980001	un	40,00	R\$ 67,99	R\$ 89,95	R\$ 83,49	R\$ 83,49	R\$ 3.339,60
10	10.4	Água Potável: Joelho Lado 25 x 1/2 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	50,00	R\$ 5,86	R\$ 9,40	R\$ 6,90	R\$ 6,90	R\$ 3.450,00
10	10.5	Água Potável: Joelho Lado 32 x 3/4 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	20,00	R\$ 42,25	R\$ 29,10	R\$ 34,32	R\$ 34,32	R\$ 689,40
10	10.6	Água Potável: Tê redução 32 x 25 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	15,00	R\$ 29,89	R\$ 41,78	R\$ 6,81	R\$ 29,99	R\$ 448,85
10	10.7	Água Potável: Tê redução 50 x 25 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	15,00	R\$ 14,99	R\$ 7,74	R\$ 18,50	R\$ 14,99	R\$ 224,85
10	10.8	Água Potável: Tê 90° 50 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	10,00	R\$ 27,80	R\$ 20,91	R\$ 28,24	R\$ 27,80	R\$ 278,00
10	10.9	Água Potável: Tê 90° 75 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	10,00	R\$ 110,84	R\$ 110,35	R\$ 113,72	R\$ 110,84	R\$ 1.108,40
10	10.10	Água Potável: Lixa simples soldável 50 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	20,00	R\$ 7,84	R\$ 14,05	R\$ 4,90	R\$ 7,84	R\$ 159,80
10	10.11	Água Potável: Lixa de corer 75 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	20,00	R\$ 36,78	R\$ 43,00	R\$ 46,19	R\$ 43,00	R\$ 860,00
10	10.12	Água Potável: Redução curta 110 x 85 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	10,00	R\$ 118,26	R\$ 117,05	R\$ 113,00	R\$ 118,26	R\$ 1.182,60
10	10.13	Água Potável: Redução curta 32 x 25 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	30,00	R\$ 9,60	R\$ 4,72	R\$ 11,61	R\$ 9,60	R\$ 297,00
10	10.14	Água Potável: Redução curta 50 x 40 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	20,00	R\$ 5,78	R\$ 14,63	R\$ 15,00	R\$ 14,63	R\$ 292,60
10	10.15	Água Potável: Redução curta 80 x 50 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	10,00	R\$ 8,20	R\$ 10,00	R\$ 10,90	R\$ 10,00	R\$ 100,00
10	10.16	Água Potável: Redução longa 80 x 50 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	10,00	R\$ 28,66	R\$ 18,48	R\$ 52,90	R\$ 28,66	R\$ 268,60
10	10.17	Água Potável: Redução longa 85 x 60 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	10,00	R\$ 41,90	R\$ 43,58	R\$ 25,65	R\$ 41,90	R\$ 419,00
10	10.18	Água Potável: Registro esfera 25 mm com corpo metálico em aço inox 304. Ref.: Tigre ou Docal ou de melhor qualidade técnica	un	15,00	R\$ 86,06	R\$ 78,00	R\$ 37,46	R\$ 78,00	R\$ 1.170,00
10	10.19	Esgoto: Tê 40 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	10,00	R\$ 6,25	R\$ 10,30	R\$ 9,28	R\$ 8,28	R\$ 82,80
10	10.20	Esgoto: Tê 150 mm, barra com 6 metros. Ref.: Tigre ou Amanco ou de melhor qualidade técnica	br	2,00	R\$ 252,00	R\$ 288,80	R\$ 246,71	R\$ 252,00	R\$ 504,00
10	10.21	Esgoto: Tê 150 mm, barra com 6 metros. Ref.: Tigre ou Amanco ou de melhor qualidade técnica	br	20,00	R\$ 87,90	R\$ 91,71	R\$ 105,06	R\$ 91,71	R\$ 1.834,20
10	10.22	Esgoto: Tê 100 mm, barra com 6 metros. Ref.: Tigre ou Amanco ou de melhor qualidade técnica	br	10,00	R\$ 96,54	R\$ 37,40	R\$ 71,59	R\$ 71,59	R\$ 715,80
10	10.23	Esgoto: Lixa 100 mm. Ref.: Tigre ou Amanco ou de melhor qualidade técnica	un	6,00	R\$ 13,69	R\$ 11,99	R\$ 7,05	R\$ 11,99	R\$ 71,94
10	10.24	Cuba de aço inoxidável de embutir ou sobrepor, dimensões mínimas de 60x40x20cm. Ref: Franke Linha ou de melhor qualidade técnica	un	3,00	R\$ 1.598,53	R\$ 2.138,00	R\$ 1.239,00	R\$ 1.598,53	R\$ 4.798,59
11	11.1	Triturador de alimentos para piaas, com motor com potência mínima de 0,75hp, 220V, componentes em aço inoxidável, garantia pelo fabricante de 4 anos válida no Brasil. Ref: Insinestor modelo 68 ou de melhor qualidade técnica	un	3,00	R\$ 3.010,00	R\$ 4.851,00	R\$ 2.849,90	R\$ 3.010,00	R\$ 9.030,00
11	11.2	Ventilador de parede, cor preto, 60cm ou 70cm, uso industrial ou comercial, sendo vetado o fornecimento de produtos exclusivamente de uso doméstico, com potência mínima de 200W, controle de velocidade de 3 níveis, suporte de aço reforçado, sendo vetado o fornecimento de suportes de plástico, certificado INMETRO.	un	3,00	R\$ 412,39	R\$ 579,00	R\$ 549,00	R\$ 549,00	R\$ 1.647,00
Total									R\$ 396.645,38



**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026**

**PROCESSO nº 202600047001102**

**ANEXO V**

**MINUTA DO CONTRATO Nº [ ]/2026**

Contrato para fornecimento de materiais destinados às atividades de manutenção predial da sede administrativa do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, que entre si celebram o **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** e a empresa **(nome da empresa em negrito)**.

**CONTRATANTE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS**, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 02.291.730/0001-14, com sede na Avenida Ubirajara Berocan Leite, nº 640, Setor Jaó, Goiânia-GO – CEP: 74.674-015, neste ato representado por seu **Presidente, Conselheiro Helder Valin Barbosa**.

**CONTRATADA:** [Nome da empresa contratada], inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º XXXXXXXXXXXX, localizada no (a) XXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representada por XXXXXXXXXXXX, portador(a) da Cédula de Identidade n.º XXXXXXXXXXXX e inscrito no CPF (MF) sob o n.º XXXXXXXXXXXX.

Os **CONTRATANTES** acima qualificados celebram o presente contrato, conforme ato homologatório exarado no Despacho nº XXX, de XXXX de XXXXX de 2026, da Presidência do TCE-GO, nos autos do **Processo TCE-GO nº 202600047001102**, que fica fazendo parte integrante deste instrumento, realizado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, a IN nº 73/2022, no que couber, a Lei Estadual nº 17.928/2012, com suas alterações e legislação correlata, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. Constitui objeto deste instrumento a contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais voltados às atividades de manutenção predial, como componentes distintos correlatos aos sistemas de climatização e refrigeração, instalações hidrossanitárias, instalações elétricas, ferramentas técnicas e materiais de construção utilizados nas dependências da sede administrativa do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, conforme especificações e quantitativos a seguir discriminados:



LOTE 01					
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	CUSTO UNIT (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
1.1	Aparelho de refrigeração split de teto, tipo cassete, com inverter, com capacidade mínima de 36000 Btu/h, ciclo frio, quatro vias, 220V, monofásico ou trifásico, três anos de garantia técnica da fabricante para o compressor, manual de instalação em português, classificação energética do INMETRO Classe A. Referência: SAMSUNG F-CAC-036DN4DK, LG, Carrier ou de melhor qualidade técnica.	un	2	R\$	R\$
1.2	Aparelho de refrigeração split de parede hi wall, condensadora retangular, com inverter, com capacidade mínima de 18000 Btu/h, ciclo frio, 220V, monofásico, um ano de garantia técnica da fabricante para o compressor, manual de instalação em português, classificação energética do INMETRO Classe A. Referência: Gree, LG, Carrier ou de melhor qualidade técnica.	un	3	R\$	R\$
VALOR TOTAL DO LOTE 01				R\$	

LOTE 02					
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	CUSTO UNIT (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
2.1	Fancolete hidrônico tipo cassete com capacidade de pelo menos 12.000Btu/h, tensão de funcionamento de 220V, com controle remoto e receptor incluso, monofásico, com filtro. Ref. Hitachi TCCD12C3P ou de melhor qualidade.	un	8	R\$	R\$
VALOR TOTAL DO LOTE 02				R\$	

LOTE 03					
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	CUSTO UNIT (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
3.1	Fancolete hidrônico tipo cassete com capacidade de pelo menos 20.000Btu/h, tensão de funcionamento de 220V, com controle remoto e receptor incluso, monofásico, com filtro. Ref. Hitachi TCCD24C3P ou de melhor qualidade.	un	8	R\$	R\$
VALOR TOTAL DO LOTE 03				R\$	



LOTE 04					
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	CUSTO UNIT (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
4.1	Filtro de ar condicionado lavável. Ref. Hitachi 17B28959A ou de melhor qualidade	un	20	R\$	R\$
4.2	Conector PEX macho água 20mm X 3/4". Ref. Astra ou Emmeti ou de melhor qualidade.	un	50	R\$	R\$
4.3	Conector PEX macho água 20mm X 1/2". Ref. Astra ou Emmeti ou de melhor qualidade.	un	50	R\$	R\$
4.4	Redução PEX água 20mm X 16mm X 20mm. Ref. Astra ou Emmeti ou de melhor qualidade.	un	20	R\$	R\$
4.5	Luva união água emenda PEX 20mm. Ref. Astra ou Emmeti ou de melhor qualidade.	un	20	R\$	R\$
4.6	Mangueira PEX para água, 20mm, custo por metro.	m	200	R\$	R\$
4.7	Mangueira PEX para água, 32mm, custo por metro.	m	100	R\$	R\$
4.8	Kit termostato/controlador de temperatura Carel thTune KCO0081.	un	1	R\$	R\$

VALOR TOTAL DO LOTE 04	R\$
------------------------	-----

LOTE 05					
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	CUSTO UNIT (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
5.1	Parafusadeira de impacto 40V, com uma bateria, carregador e maleta. Ref. Makita Td003gz ou de melhor qualidade.	un	1	R\$	R\$
5.2	Pinador à bateria com duas baterias 2Ah e carregador 20V. Ref. Dewalt DCN680B ou de melhor qualidade técnica.	un	1	R\$	R\$
5.3	Serra de mesa, com mesa inclusa, 1800W, 220V, um disco de 254mm, com extensão de mesa, um guia para corte em ângulo, manual em português, bancada com pelo menos 550x550mm, mesa com largura total de pelo menos 1 metro, capacidade de corte longitudinal, extensão da mesa acima de 250mm. Ref. Bosch Gts 254 ou de melhor qualidade técnica.	un	1	R\$	R\$
5.4	Kit de dobradeira de calhas, rufos e pingadeiras F-37 e F-6. Ref. Metal Fierro ou de melhor qualidade	kit	1	R\$	R\$
5.5	Alicate bomba d'água 10 ou 12 polegadas. Ref. Tramontina Pro ou de melhor qualidade	un	2	R\$	R\$
5.6	Bolsa média para transporte de ferramentas, 15kg, dimensões 30x48cm,	un	3	R\$	R\$





LOTE 05					
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	CUSTO UNIT (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
	garantia da fabricante por pelo menos 3 meses. Ref. Bosch ou de melhor qualidade				
5.7	Kit de chave inglesa ajustável 6", 8", 10" e 12". Ref. Tramontina Pro ou Irwin Vise Grip ou de melhor qualidade	un	1	R\$	R\$
5.8	Desentupidora elétrica, 220V, potência elétrica de pelo menos 390W, com sistema de reversão e pelo menos 8 acessórios e comprimento do cabo de pelo menos 30 metros. Ref. Bonder DV390 ou de melhor qualidade técnica	un	1	R\$	R\$

VALOR TOTAL DO LOTE 05	R\$
------------------------	-----

LOTE 06					
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	CUSTO UNIT (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
6.1	Caixa de parafuso autobrocante 12x4 5,5x102, rosca dupla BW, com 100 unidades. Ref. Paramax ou de melhor qualidade	pc	15	R\$	R\$
6.2	Placa 2 postos separados 4x2", acabamento branco fosco, sem parafusos aparentes, tomadas com bordas circulares, conforme padrão existente. Legrand PIAL Nereya 663220	un	500	R\$	R\$
6.3	Placa 4 postos separados 4x4", acabamento branco fosco, sem parafusos aparentes, tomadas com bordas circulares, conforme padrão existente. Legrand PIAL Nereya 663436	un	200	R\$	R\$
6.4	Suporte 4x2" para placas PIAL Nereya, conforme padrão existente. Ref. Legrand PIAL 663299	un	800	R\$	R\$
6.5	Suporte 4x4" para placas PIAL Nereya, conforme padrão existente. Ref. Legrand PIAL 663499	un	400	R\$	R\$
6.6	Módulo de tomada 2P+T 10A 250V PIAL Nereya. Ref. Legrand PIAL 663050	un	500	R\$	R\$
6.7	Módulo de tomada 2P+T 20A 250V PIAL Nereya. Ref. Legrand PIAL 663056	un	200	R\$	R\$
6.8	Conjunto de tomada 2P+T 10A 250V, acabamento branco fosco, sem parafusos aparentes, tomadas com bordas curvas, PIAL Nereya. Ref. Legrand PIAL 663150	un	400	R\$	R\$
6.9	Eletromecânica: gancho curto para perfilado 38x38mm zincado	un	50	R\$	R\$
6.10	Eletromecânica: saída lateral de eletroduto 3/4" para perfilado	un	50	R\$	R\$



<b>VALOR TOTAL DO LOTE 06</b>	<b>R\$</b>
-------------------------------	------------

<b>LOTE 07</b>					
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UN</b>	<b>QTD</b>	<b>CUSTO UNIT (R\$)</b>	<b>CUSTO TOTAL (R\$)</b>
<b>7.1</b>	Nobreak/UPS tipo torre para rack, capacidade de 1500VA ou 1350W, altura máxima de 2U, tensão de saída de 220V, onda senoidal pura, com USB e SNMP, bypass automático, garantia válida no Brasil por 1 ano, baterias com autonomia mínima de 10 minutos, pelo menos 6 tomadas de saída, painel LCD incluso. Ref. Intelbras DNB 1.5kVA 220v RT G2 ou de melhor qualidade.	un	5	R\$	R\$
<b>7.2</b>	Medidor de vazão ultrassônico portátil, com maleta e sensores, 15 litros a 300 litros por minuto, interface em português, garantia técnica de 1 ano com efetiva validade no Brasil. Ref. Instruval	un	1	R\$	R\$
<b>7.3</b>	Scanner 3D com precisão de 0,1mm básica e 0,02mm em modo laser, para engenharia reversa de peças mecânicas, 7 linhas de laser NIR, deve permitir digitalização de 5mm até 2000mm, pelo menos. Ref. Creality CR-Scan Raptor 4008050049 ou de melhor qualidade técnica	un	1	R\$	R\$

<b>VALOR TOTAL DO LOTE 07</b>	<b>R\$</b>
-------------------------------	------------

<b>LOTE 08</b>					
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UN</b>	<b>QTD</b>	<b>CUSTO UNIT (R\$)</b>	<b>CUSTO TOTAL (R\$)</b>
<b>8.1</b>	Telha metálica de aço galvanizado, espessura mínima de 0,43mm, sem preenchimento, trapezoidal, 1 metro de largura e 3 metros de comprimento	un	70	R\$	R\$
<b>8.2</b>	Chapa de aço inoxidável escovado, espessura aprox. de 0,5mm.	m²	18	R\$	R\$
<b>8.3</b>	Chapa de aço inoxidável polido 430, espessura aprox. de 0,5mm.	m²	18	R\$	R\$
<b>8.4</b>	Chapa de MDP branco de 15mm ou 18mm, 2 faces, 2750x1850mm	un	8	R\$	R\$
<b>8.5</b>	Chapa de MDP cinza cristal TX de 15mm, 2 faces, 2750x1850mm	un	8		
<b>8.6</b>	Grelha fixa metálica reforçada e personalizada para caixa de água pluvial para estacionamentos, resistente a tráfego pesado de veículos, com barras horizontais paralelas e espaçamento uniforme, sem berço. Altura de 4,5cm, largura de 39cm e comprimento de 39cm. Cantoneiras laterais com espessura	un	12		



LOTE 08					
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	CUSTO UNIT (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
	mínima de 5mm e pelo menos 24 aletas\chapas transversais soldadas com espessura mínima de 3 milímetros por meio de duas barras circulares com diâmetro de pelo menos 9 mm.				
8.7	Ralo linear para água pluvial com largura de 15 ou 20 centímetros, alumínio ou aço fundido, com berço, para tráfego de pedestres. Peças com 50 ou 100 centímetros. Valor por metro linear.	m	60		

VALOR TOTAL DO LOTE 08	R\$
------------------------	-----

LOTE 09					
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	CUSTO UNIT (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
9.1	Rodapé em poliestireno frisado a serem instaladas em divisórias, cor cinza ou prata, altura de 100mm e espessura de 13mm. Custo unitário por metro linear. Serão aceitas unidades brancas pintadas com tinta esmalte fosco, cor de referência Suvinil Nevoeiro pela contratada. Ref. Santa Luzia RP/PRATA 23012-454 ou 26684-3454 ou de melhor qualidade	m	400		
				R\$	R\$

VALOR TOTAL DO LOTE 09	R\$
------------------------	-----

LOTE 10					
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	CUSTO UNIT (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
10.1	Registro de esfera soldável 75mm. Ref. Tigre	un	4	R\$	R\$
10.2	Torneira de esfera para jardim 1/4 de volta, alavanca, metálica, garantia técnica de pelo menos 10 anos pela fabricante, deve suportar pressões de pelo menos 40mca. Ref. Lorenzetti 7896451829153	un	50	R\$	R\$
10.3	Reparo Deca Decamatic Eco Link 1171/72/75, código Deca 46860001	un	40	R\$	R\$
10.4	Água Potável: Joelho latão 25 x 1/2 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	50	R\$	R\$
10.5	Água Potável: Joelho latão 32 x 3/4 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	20	R\$	R\$
10.6	Água Potável: Tê redução 32 x 25 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	15	R\$	R\$



LOTE 10					
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	CUSTO UNIT (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
10.7	Água Potável: Tê redução 50 x 25 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	15	R\$	R\$
10.8	Água Potável: Tê 90° 50 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	10	R\$	R\$
10.9	Água Potável: Tê 90° 75 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	10	R\$	R\$
10.10	Água Potável: Luva simples soldável 50 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	20	R\$	R\$
10.11	Água Potável: Luva de correr 75 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	20	R\$	R\$
10.12	Água Potável: Redução curta 110 x 85 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	10	R\$	R\$
10.13	Água Potável: Redução curta 32 x 25 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	30	R\$	R\$
10.14	Água Potável: Redução curta 50 x 40 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	20	R\$	R\$
10.15	Água Potável: Redução curta 60 x 50 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	10	R\$	R\$
10.16	Água Potável: Redução longa 60 x 50 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	10	R\$	R\$
10.17	Água Potável: Redução longa 85 x 60 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	10	R\$	R\$
10.18	Água Potável: Registro esfera 25 mm com corpo metálico em aço inox 304. Ref.: Tigre ou Docal ou de melhor qualidade técnica	un	15	R\$	R\$
10.19	Esgoto: Tê 40 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	10	R\$	R\$
10.20	Esgoto: Tubo 150 mm, barra com 6 metros. Ref.: Tigre ou Amanco ou de melhor qualidade técnica	br	2	R\$	R\$
10.21	Esgoto: Tubo 100 mm, barra com 6 metros, série normal. Ref.: Tigre ou Amanco ou de melhor qualidade técnica	br	20	R\$	R\$
10.22	Esgoto: Tubo 50 mm, barra com 6 metros. Ref.: Tigre ou Amanco ou de melhor qualidade técnica	br	10	R\$	R\$
10.23	Esgoto: Luva 100 mm. Ref.: Tigre ou Amanco ou de melhor qualidade técnica	un	6	R\$	R\$
10.24	Cuba de aço inoxidável de embutir ou sobrepor, dimensões mínimas de 60x40x20cm. Ref. Franke Línea ou de melhor qualidade técnica	un	3	R\$	R\$



<b>VALOR TOTAL DO LOTE 10</b>	<b>R\$</b>
-------------------------------	------------

<b>LOTE 11</b>					
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UN</b>	<b>QTD</b>	<b>CUSTO UNIT (R\$)</b>	<b>CUSTO TOTAL (R\$)</b>
<b>11.1</b>	Triturador de alimentos para pias, com motor com potência mínima de 0,75hp, 220V, componentes em aço inoxidável, garantia pela fabricante de 4 anos válida no Brasil. Ref. Insinkerator modelo 66 ou de melhor qualidade técnica	un	3	R\$	R\$
<b>11.2</b>	Ventilador de parede, cor preto, 60cm ou 70cm, uso industrial ou comercial, sendo vetado o fornecimento de produtos exclusivamente de uso doméstico, com potência mínima de 200W, controle de velocidade de 3 níveis, suporte de aço reforçado, sendo vetado o fornecimento de suportes de plástico, certificado INMETRO.	un	3	R\$	R\$

<b>VALOR TOTAL DO LOTE 11</b>	<b>R\$</b>
-------------------------------	------------

<b>VALOR TOTAL DO CONTRATO</b>	<b>R\$</b>
--------------------------------	------------

1.2. Fazem parte integrante deste contrato, para todos os fins de direito, independentemente da transcrição, e obrigando as partes em todos os seus termos, os seguintes documentos:

- a) Edital do Pregão Eletrônico nº 014/2026 e seus anexos.
- b) Proposta da CONTRATADA.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS E FORMA DE ENTREGA**

2.1. O fornecimento dos materiais ocorrerá de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de ORDEM DE FORNECIMENTO, encaminhada em formato digital. Após o recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento, a CONTRATADA deverá iniciar as providências necessárias ao fornecimento em até 3 (três) dias corridos, devendo concluir a entrega dos materiais no prazo máximo de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, salvo prazo diverso expressamente estabelecido pela Administração em razão das características específicas do item solicitado.

2.2. Cada Ordem de Fornecimento indicará, no mínimo:

- I - os itens a serem fornecidos;
- II - as quantidades solicitadas;
- III - o prazo para entrega;
- IV - o local de entrega, quando diverso do endereço padrão da Administração.



2.3. As Ordens de Fornecimento serão encaminhadas preferencialmente por meio eletrônico, sendo considerada como data de recebimento aquela confirmada pela contratada ou registrada no sistema utilizado pela Administração.

2.4. Os materiais deverão ser entregues na sede administrativa do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, localizada na Avenida Ubirajara Berocan Leite, nº 640, Setor Jaó, Goiânia GO, ou em outro local indicado pela Administração.

2.5. A entrega deverá ocorrer em horário previamente acordado com a unidade responsável pela infraestrutura predial, respeitando o horário de funcionamento do Tribunal.

2.6. Os materiais deverão ser entregues novos, sem uso anterior, devidamente acondicionados em embalagens originais do fabricante, em perfeitas condições de transporte, armazenamento e utilização.

2.7. No momento da entrega, a contratada deverá apresentar nota fiscal correspondente aos materiais fornecidos, contendo a identificação dos itens e respectivas quantidades.

2.8. Todas as despesas relacionadas ao transporte, carga, descarga, seguro e demais custos logísticos necessários à entrega dos materiais serão de responsabilidade exclusiva da contratada.

2.9. O objeto do contrato será recebido provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais.

2.10. O objeto do contrato será recebido definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

3.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATANTE deverá ainda:

3.1.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA com relação ao objeto deste contrato.

3.1.2. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

3.1.3. Estabelecer os controles necessários ao acompanhamento, fiscalização e aferição da qualidade mínima dos produtos, cabendo à CONTRATADA cumprir as determinações do CONTRATANTE;

3.2. A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada sem que tenha sido previamente autorizada e reserva-se o direito de exercer, quando lhe convier, a fiscalização sobre a entrega do objeto contratado e, ainda, aplicar multas ou rescindir o contrato, caso a CONTRATADA descumpra quaisquer das cláusulas estabelecidas no mesmo.

### **CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

4.1. Além de cumprir as obrigações resultantes da observância da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATADA deverá ainda:



4.1.1. Arcar com todas as despesas relativas ao seu ramo de atividade e necessárias à plena execução contratual e de todos os tributos e frete incidentes sobre o objeto deste contrato, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em lei.

4.1.2. Arcar com todas as despesas de fretes caso o recebimento do objeto seja rejeitado devido a inconformidade com as condições estabelecidas neste contrato.

4.1.3. Manter, durante toda a execução deste instrumento, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

4.1.4. Manter preposto, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato.

4.1.5. Fornecer os itens novos em conformidade com as especificações técnicas, possuindo boa qualidade técnica e estética, bem como atendendo a todas as normas técnicas brasileiras pertinentes;

4.1.6. Os produtos ofertados devem possuir a garantia técnica do fabricante, quando aplicável, válida a partir da data da emissão da Nota Fiscal, e serem entregues nas embalagens originais dos fabricantes próprias para armazenamento;

4.1.7. Responsabilizar-se perante a Administração pelos eventuais danos ou desvios causados pelo fornecimento de materiais em desconformidade com as especificações técnicas, devendo efetuar o ressarcimento correspondente, imediatamente após o recebimento da notificação da Administração, sob pena de glosa de qualquer importância que tenha direito a receber;

## **CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS**

5.1. O valor do presente Contrato é de **R\$ XXX.XXX,XX (XXXXXXXXXX)**, de acordo com os valores especificados na proposta de preços.

5.1.1. Os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão da entrega efetiva dos produtos.

5.2. As despesas decorrentes desta contratação, relativas ao presente exercício, correrão à conta do crédito orçamentário **2026 0201 01 032 4200 4.215**, Grupo **XX – XXXXXXXXXXXX**, Fonte **XXXXXX – XXXXX**, Tipo de Recurso – **XXXXXXXXXX**, e serão enquadradas na Natureza de Despesa **3.3.90.30.33 – Material para Manutenção, Reparos e Conservação de Bens Imóveis**.

5.3. Eventuais despesas a serem realizadas no exercício subsequente serão alocadas na dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada pela CONTRATANTE na respectiva Lei Orçamentária Anual.

5.4. Os preços poderão sofrer reajustamento após o interregno de 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado **02/02/2026**, aplicando-se o índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) do IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

5.4.1. O pedido de reajustamento de preços deverá ser formulado pela CONTRATADA durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, sob pena de preclusão.

5.4.2. Nos reajustamentos subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajustamento.



5.4.3. O registro da variação do valor do contrato para fazer face ao reajustamento poderá ser realizado por simples apostila.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO, FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO**

6.1. A gestão e a fiscalização do contrato competirão aos servidores designados no inciso I do art. 13 da Portaria nº 729/2025 do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, sendo Suellen Carina Lopes de Queiroz (Diretora de Administração), como gestora e Pedro Henrique Mota Emiliano (Chefe do Serviço de Infraestrutura Predial), como fiscal.

6.2. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

6.3. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, por não se tratar a pretensa contratação de hipótese de exceção prevista no art. 145 da Lei Federal 14.133/2021.

6.4. À fiscalização competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução, dando ciência de tudo à CONTRATADA (art. 117 da Lei nº 14.133/2021, com suas alterações).

6.5. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, até mesmo perante terceiro, por qualquer irregularidade, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (art. 120 da Lei nº 14.133/2021, com suas alterações).

6.6. Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto da contratação deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE.

6.7. A CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal/Fatura, em 02 (duas) vias, discriminando, detalhadamente, todos os materiais fornecidos, assim como os impostos incidentes sobre os mesmos e respectivos valores.

6.8. Para o pagamento, a Nota Fiscal/Fatura deverá ser obrigatoriamente atestada pelo gestor do contrato ou por um servidor por ele designado.

6.9. A liquidação e o pagamento serão efetuados até o 30º (trigésimo) dia, contado do “Atesto” da Nota Fiscal pelo responsável, mediante depósito bancário em conta corrente da CONTRATADA.

6.9.1. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples;

6.9.2. O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

6.10. No ato do pagamento deverá ser comprovada a manutenção das condições iniciais de habilitação quanto à situação de regularidade da CONTRATADA.



6.11. A Nota Fiscal / Fatura incompleta ou que apresentar qualquer tipo de rasura ou incorreção será devolvida para substituição.

6.12. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isto gere direito ao pleito de reajustamento de valores ou correção monetária.

6.13. A CONTRATADA deverá estar ciente de que o Tribunal é obrigado a efetuar a retenção, na fonte, do imposto de renda incidente sobre os pagamentos efetuados a pessoas jurídicas, com exceção das empresas que se enquadram nas hipóteses estabelecidas no artigo 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA**

7.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nas hipóteses previstas no art. 111 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrado o interesse da Administração e mantidas as condições mais vantajosas para a Administração Pública.

7.1.1. Caso o presente instrumento seja assinado digitalmente, considerar-se-á como data de assinatura o dia em que for inserida a do representante legal da CONTRATANTE.

7.1.2. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. A CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução contratual ou da entrega dos materiais objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar

declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

8.5. A sanção prevista na alínea “b” do item 8.2, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 8.1 deste contrato;

8.5.1. Para as infrações previstas no item 8.1, alíneas “a”, “d”, “e”, “f”, e “g”, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato celebrado.

8.5.2. Para as infrações previstas no item 8.1, alíneas “b”, “c”, “h”, “i”, “j”, “k” e “l”, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato celebrado.

8.5.3. O descumprimento de qualquer das condições avençadas implicará multa correspondente a 0,3% (três décimos por cento) ao dia até o trigésimo dia de atraso e 0,7% (sete décimos por cento) ao dia após o trigésimo dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, subtraído o que foi executado.



8.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

8.7. A sanção declaração de inidoneidade para licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

8.8. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 8.2, deste contrato, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso “b” do mesmo item.

8.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.10. A aplicação das sanções previstas no item 8.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.11. A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

8.12. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será recolhida em favor do CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou será descontada dos pagamentos devidos à CONTRATADA ou, ainda, quando estas não ocorrerem ou não forem suficientes, o saldo será inscrito na Dívida Ativa do Estado e cobrado judicialmente.

8.13. A critério da Administração, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso no fornecimento dos itens for devidamente justificado pela CONTRATADA e aceito pela CONTRATANTE, que fixará novo prazo, improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

8.14. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis e previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual nº 17.928/2012.

8.15. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, com oportunidade de defesa prévia da interessada, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, na Resolução Administrativa nº 12/2025 do Tribunal de Contas do Estado de Goiás e, subsidiariamente, na Lei Estadual nº 13.800/2001.

8.16. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.



8.17. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

#### **CLÁUSULA NONA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

9.1. O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

9.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório e ampla defesa.

9.3. A extinção do contrato poderá ocorrer por uma das formas do art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.4. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar as consequências previstas no art. 139 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato e na mesma lei.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

10.1. Este contrato pode ser alterado segundo regime previsto nos artigos 124 a 135 da Lei nº 14.133/2021, naquilo que for cabível ao presente contrato de fornecimento, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

10.2. Eventual pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado pela CONTRATADA durante a vigência do contrato e antes da prorrogação, se for o caso.

10.2.1. A Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da apresentação do requerimento, para decidir sobre o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.

10.3. A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pela CONTRATADA, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

10.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

- a) Variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;
- b) Atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;
- c) Alterações na razão ou na denominação social do contratado;

d) Empenho de dotações orçamentárias.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA CONTRATUAL**

11.1. A licitante vencedora, de acordo com o disposto no art. 98 da Lei nº 14.133/2021, deverá prestar garantia para assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor contratado, apresentando a CONTRATANTE, no prazo mínimo de 1 (um) mês para o seguro-garantia e de 15 (quinze) dias para as demais modalidades, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, comprovante de uma das seguintes modalidades:

11.1.1. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

11.1.2. Seguro – garantia; ou

11.1.3. Fiança bancária;

11.1.4. Título de capitalização custeado por pagamento único.

11.2. No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado em qualquer agência do Banco do Brasil, mediante depósito a crédito da CONTRATANTE;

11.3. Caso a opção seja por utilizar título da dívida pública como garantia, este deverá conter valor de mercado correspondente ao valor garantido e ser reconhecido pelo Governo Federal, constando entre aqueles previstos em legislação específica. Além disso, deverá estar devidamente escriturado em sistema centralizado de liquidação e custódia, nos termos do art. 61 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, podendo o TCE-GO recusar o título ofertado, caso verifique a ausência desses requisitos;

11.4. No caso de garantia na modalidade de Carta de Fiança, deverá constar da mesma expressa renúncia pelo fiador, aos benefícios do art. 827 do Código Civil;

11.5. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente pela Contratante, em pagamento de multa que lhe tenha sido aplicada, a Contratada deverá proceder à respectiva reposição no prazo de três dias úteis, contados da data em que tiver sido notificada da imposição de tal sanção;

11.6. O Órgão fica autorizado a utilizar a garantia para reparar danos decorrentes da ação ou omissão da empresa, ou de seu preposto, ou, ainda, para satisfazer qualquer obrigação resultante ou decorrente de suas ações ou omissões. Neste caso, a Contratada deverá proceder à respectiva reposição no prazo de três dias úteis contados da data em que tiver sido notificada da imposição de tal sanção;

11.7. A Contratada terá sua garantia liberada ou restituída após 90 (noventa) dias corridos do recebimento e conferência dos materiais pelo TCE-GO;

11.8. O valor da garantia se reverterá em favor da CONTRATANTE, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão contratual por culpa exclusiva da CONTRATADA, sem prejuízo das perdas e danos por ventura verificados.



## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO**

12.1. A publicação do extrato do presente contrato será providenciada pela CONTRATANTE, em conformidade com o que estabelece o art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas pela Justiça Estadual, no foro da Comarca de Goiânia, Estado de Goiás.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

14.1. A CONTRATADA deverá observar os mais altos padrões éticos durante o fornecimento dos materiais objeto deste contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira.

14.2. Pela inexecução total ou parcial, ou ainda pelo descumprimento de qualquer das suas obrigações, estará sujeita às sanções administrativas previstas neste contrato e na legislação aplicável, cuja individualização será definida pela gravidade do ato praticado, podendo haver cumulação de sanções ou cumulação de sanções com penalidades.

14.3. Se ficar comprovado que um funcionário da CONTRATADA ou quem atue em seu lugar incorreu em práticas corruptas, a CONTRATANTE poderá declarar inelegível a CONTRATADA e/ou seus funcionários diretamente envolvidos em práticas corruptas, temporária ou permanentemente, para participar em futuras licitações ou contratos.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PROTEÇÃO DE DADOS**

15.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a atuar no presente Contrato em conformidade com a Lei nº 13.709/2018, que dispõe sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

15.2. Fica a CONTRATADA ciente de que o tratamento, pela CONTRATANTE, dos dados pessoais fornecidos para instruir o processo de contratação encontra amparo na Lei nº 14.133/2021 e no art. 7º, incisos II e V, e no art. 23, da Lei nº 13.709/2018.

15.3. A CONTRATADA deverá observar, na condução de suas atividades, as diretrizes estabelecidas pela Política de Segurança da Informação do TCE-GO, devendo manter a mais absoluta confidencialidade a respeito de quaisquer informações, dados, processos, modelos ou outros materiais de propriedade do TCE-GO ou de terceiros, aos quais tiver acesso em decorrência da execução do objeto do contrato, ficando terminantemente proibida de fazer uso ou revelar estes, sob qualquer justificativa.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

16.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e em demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.





16.2. Ao longo da execução do contrato, a CONTRATADA é obrigada a cumprir eventuais exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

16.3. Declaram as partes que este contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

E, por estarem de acordo, as partes assinam eletronicamente o presente instrumento contratual, para todos os efeitos legais.

Gabinete da Presidência do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**, em Goiânia, na data da assinatura eletrônica

---

**Conselheiro Helder Valin Barbosa**  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS  
CONTRATANTE

---

**Nome do Representante**  
NOME DA EMPRESA  
CONTRATADA

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026**

**PROCESSO ELETRÔNICO Nº 202600047001102**

**ANEXO VI**

**MODELO DE PROPOSTA**

NOME DA EMPRESA:
ENDEREÇO:
CNPJ/MF:
INSCRIÇÃO ESTADUAL/MUNICIPAL:
PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:

LOTE 01					
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	CUSTO UNIT (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
1.1	Aparelho de refrigeração split de teto, tipo cassete, com inverter, com capacidade mínima de 36000 Btu/h, ciclo frio, quatro vias, 220V, monofásico ou trifásico, três anos de garantia técnica da fabricante para o compressor, manual de instalação em português, classificação energética do INMETRO Classe A. Referência: SAMSUNG F-CAC-036DN4DK, LG, Carrier ou de melhor qualidade técnica.	un	2	R\$	R\$
1.2	Aparelho de refrigeração split de parede hi wall, condensadora retangular, com inverter, com capacidade mínima de 18000 Btu/h, ciclo frio, 220V, monofásico, um ano de garantia técnica da fabricante para o compressor, manual de instalação em português, classificação energética do INMETRO Classe A. Referência: Gree, LG, Carrier ou de melhor qualidade técnica.	un	3	R\$	R\$

<b>VALOR TOTAL DO LOTE 01</b>	<b>R\$</b>
-------------------------------	------------

LOTE 02					
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	CUSTO UNIT (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
2.1	Fancolete hidrônico tipo cassete com capacidade de pelo menos 12.000Btu/h, tensão de funcionamento de 220V, com controle remoto e receptor incluso,	un	8	R\$	R\$



LOTE 02					
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	CUSTO UNIT (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
	monofásico, com filtro. Ref. Hitachi TCCD12C3P ou de melhor qualidade.				

VALOR TOTAL DO LOTE 02				R\$
------------------------	--	--	--	-----

LOTE 03					
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	CUSTO UNIT (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
3.1	Fancolete hidrônico tipo cassete com capacidade de pelo menos 20.000Btu/h, tensão de funcionamento de 220V, com controle remoto e receptor incluso, monofásico, com filtro. Ref. Hitachi TCCD24C3P ou de melhor qualidade.	un	8	R\$	R\$

VALOR TOTAL DO LOTE 03				R\$
------------------------	--	--	--	-----

LOTE 04					
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	CUSTO UNIT (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
4.1	Filtro de ar condicionado lavável. Ref. Hitachi 17B28959A ou de melhor qualidade	un	20	R\$	R\$
4.2	Conector PEX macho água 20mm X 3/4". Ref. Astra ou Emmeti ou de melhor qualidade.	un	50	R\$	R\$
4.3	Conector PEX macho água 20mm X 1/2". Ref. Astra ou Emmeti ou de melhor qualidade.	un	50	R\$	R\$
4.4	Redução PEX água 20mm X 16mm X 20mm. Ref. Astra ou Emmeti ou de melhor qualidade.	un	20	R\$	R\$
4.5	Luva união água emenda PEX 20mm. Ref. Astra ou Emmeti ou de melhor qualidade.	un	20	R\$	R\$
4.6	Mangueira PEX para água, 20mm, custo por metro.	m	200	R\$	R\$
4.7	Mangueira PEX para água, 32mm, custo por metro.	m	100	R\$	R\$
4.8	Kit termostato/controlador de temperatura Carel thTune KCO0081.	un	1	R\$	R\$

VALOR TOTAL DO LOTE 04				R\$
------------------------	--	--	--	-----

LOTE 05					
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	CUSTO UNIT (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
5.1	Parafusadeira de impacto 40V, com uma bateria, carregador e maleta. Ref. Makita Td003gz ou de melhor qualidade.	un	1	R\$	R\$
5.2	Pinador à bateria com duas baterias 2Ah e carregador 20V. Ref. Dewalt DCN680B ou de melhor qualidade técnica.	un	1	R\$	R\$



LOTE 05					
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	CUSTO UNIT (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
5.3	Serra de mesa, com mesa inclusa, 1800W, 220V, um disco de 254mm, com extensão de mesa, um guia para corte em ângulo, manual em português, bancada com pelo menos 550x550mm, mesa com largura total de pelo menos 1 metro, capacidade de corte longitudinal, extensão da mesa acima de 250mm. Ref. Bosch Gts 254 ou de melhor qualidade técnica.	un	1	R\$	R\$
5.4	Kit de dobradeira de calhas, rufos e pingadeiras F-37 e F-6. Ref. Metal Fierro ou de melhor qualidade	kit	1	R\$	R\$
5.5	Alicate bomba d'água 10 ou 12 polegadas. Ref. Tramontina Pro ou de melhor qualidade	un	2	R\$	R\$
5.6	Bolsa média para transporte de ferramentas, 15kg, dimensões 30x48cm, garantia da fabricante por pelo menos 3 meses. Ref. Bosch ou de melhor qualidade	un	3	R\$	R\$
5.7	Kit de chave inglesa ajustável 6", 8", 10" e 12". Ref. Tramontina Pro ou Irwin Vise Grip ou de melhor qualidade	un	1	R\$	R\$
5.8	Desentupidora elétrica, 220V, potência elétrica de pelo menos 390W, com sistema de reversão e pelo menos 8 acessórios e comprimento do cabo de pelo menos 30 metros. Ref. Bonder DV390 ou de melhor qualidade técnica	un	1	R\$	R\$

<b>VALOR TOTAL DO LOTE 05</b>	<b>R\$</b>
-------------------------------	------------

LOTE 06					
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	CUSTO UNIT (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
6.1	Caixa de parafuso autobrocante 12x4 5,5x102, rosca dupla BW, com 100 unidades. Ref. Paramax ou de melhor qualidade	pc	15	R\$	R\$
6.2	Placa 2 postos separados 4x2", acabamento branco fosco, sem parafusos aparentes, tomadas com bordas circulares, conforme padrão existente. Legrand PIAL Nereya 663220	un	500	R\$	R\$
6.3	Placa 4 postos separados 4x4", acabamento branco fosco, sem parafusos aparentes, tomadas com bordas circulares, conforme padrão existente. Legrand PIAL Nereya 663436	un	200	R\$	R\$
6.4	Suporte 4x2" para placas PIAL Nereya, conforme padrão existente. Ref. Legrand PIAL 663299	un	800	R\$	R\$



LOTE 06					
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	CUSTO UNIT (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
6.5	Suporte 4x4" para placas Pial Nereya, conforme padrão existente. Ref. Legrand Pial 663499	un	400	R\$	R\$
6.6	Módulo de tomada 2P+T 10A 250V Pial Nereya. Ref. Legrand Pial 663050	un	500	R\$	R\$
6.7	Módulo de tomada 2P+T 20A 250V Pial Nereya. Ref. Legrand Pial 663056	un	200	R\$	R\$
6.8	Conjunto de tomada 2P+T 10A 250V, acabamento branco fosco, sem parafusos aparentes, tomadas com bordas curvas, Pial Nereya. Ref. Legrand Pial 663150	un	400	R\$	R\$
6.9	Eletromecânica: gancho curto para perfilado 38x38mm zincado	un	50	R\$	R\$
6.10	Eletromecânica: saída lateral de eletroduto 3/4" para perfilado	un	50	R\$	R\$

VALOR TOTAL DO LOTE 06	R\$
------------------------	-----

LOTE 07					
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	CUSTO UNIT (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
7.1	Nobreak/UPS tipo torre para rack, capacidade de 1500VA ou 1350W, altura máxima de 2U, tensão de saída de 220V, onda senoidal pura, com USB e SNMP, bypass automático, garantia válida no Brasil por 1 ano, baterias com autonomia mínima de 10 minutos, pelo menos 6 tomadas de saída, painel LCD incluso. Ref. Intelbras DNB 1.5kVA 220v RT G2 ou de melhor qualidade.	un	5	R\$	R\$
7.2	Medidor de vazão ultrassônico portátil, com maleta e sensores, 15 litros a 300 litros por minuto, interface em português, garantia técnica de 1 ano com efetiva validade no Brasil. Ref. Instruvalle	un	1	R\$	R\$
7.3	Scanner 3D com precisão de 0,1mm básica e 0,02mm em modo laser, para engenharia reversa de peças mecânicas, 7 linhas de laser NIR, deve permitir digitalização de 5mm até 2000mm, pelo menos. Ref. Creality CR-Scan Raptor 4008050049 ou de melhor qualidade técnica	un	1	R\$	R\$

VALOR TOTAL DO LOTE 07	R\$
------------------------	-----

LOTE 08					
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	CUSTO UNIT (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
8.1	Telha metálica de aço galvanizado, espessura mínima de 0,43mm, sem	un	70	R\$	R\$



LOTE 08					
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	CUSTO UNIT (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
	preenchimento, trapezoidal, 1 metro de largura e 3 metros de comprimento				
8.2	Chapa de aço inoxidável escovado, espessura aprox. de 0,5mm.	m²	18	R\$	R\$
8.3	Chapa de aço inoxidável polido 430, espessura aprox. de 0,5mm.	m²	18	R\$	R\$
8.4	Chapa de MDP branco de 15mm ou 18mm, 2 faces, 2750x1850mm	un	8	R\$	R\$
8.5	Chapa de MDP cinza cristal TX de 15mm, 2 faces, 2750x1850mm	un	8		
8.6	Grelha fixa metálica reforçada e personalizada para caixa de água pluvial para estacionamentos, resistente a tráfego pesado de veículos, com barras horizontais paralelas e espaçamento uniforme, sem berço. Altura de 4,5cm, largura de 39cm e comprimento de 39cm. Cantoneiras laterais com espessura mínima de 5mm e pelo menos 24 aletas\chapas transversais soldadas com espessura mínima de 3 milímetros por meio de duas barras circulares com diâmetro de pelo menos 9 mm.	un	12		
8.7	Ralo linear para água pluvial com largura de 15 ou 20 centímetros, alumínio ou aço fundido, com berço, para tráfego de pedestres. Peças com 50 ou 100 centímetros. Valor por metro linear.	m	60		

VALOR TOTAL DO LOTE 08	R\$
------------------------	-----

LOTE 09					
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	CUSTO UNIT (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
9.1	Rodapé em poliestireno frisado a serem instaladas em divisórias, cor cinza ou prata, altura de 100mm e espessura de 13mm. Custo unitário por metro linear. Serão aceitas unidades brancas pintadas com tinta esmalte fosco, cor de referência Suvnil Nevoeiro pela contratada. Ref. Santa Luzia RP/PRATA 23012-454 ou 26684-3454 ou de melhor qualidade	m	400	R\$	R\$

VALOR TOTAL DO LOTE 09	R\$
------------------------	-----

LOTE 10					
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	CUSTO UNIT (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
10.1	Registro de esfera soldável 75mm. Ref. Tigre	un	4	R\$	R\$
10.2	Torneira de esfera para jardim 1/4 de volta, alavanca, metálica, garantia	un	50	R\$	R\$



LOTE 10					
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	CUSTO UNIT (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
	técnica de pelo menos 10 anos pela fabricante, deve suportar pressões de pelo menos 40mca. Ref. Lorenzetti 7896451829153				
10.3	Reparo Deca Decamatic Eco Link 1171/72/75, código Deca 46860001	un	40	R\$	R\$
10.4	Água Potável: Joelho latão 25 x 1/2 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	50	R\$	R\$
10.5	Água Potável: Joelho latão 32 x 3/4 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	20	R\$	R\$
10.6	Água Potável: Tê redução 32 x 25 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	15	R\$	R\$
10.7	Água Potável: Tê redução 50 x 25 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	15	R\$	R\$
10.8	Água Potável: Tê 90° 50 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	10	R\$	R\$
10.9	Água Potável: Tê 90° 75 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	10	R\$	R\$
10.10	Água Potável: Luva simples soldável 50 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	20	R\$	R\$
10.11	Água Potável: Luva de correr 75 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	20	R\$	R\$
10.12	Água Potável: Redução curta 110 x 85 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	10	R\$	R\$
10.13	Água Potável: Redução curta 32 x 25 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	30	R\$	R\$
10.14	Água Potável: Redução curta 50 x 40 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	20	R\$	R\$
10.15	Água Potável: Redução curta 60 x 50 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	10	R\$	R\$
10.16	Água Potável: Redução longa 60 x 50 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	10	R\$	R\$
10.17	Água Potável: Redução longa 85 x 60 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	10	R\$	R\$
10.18	Água Potável: Registro esfera 25 mm com corpo metálico em aço inox 304. Ref.: Tigre ou Docal ou de melhor qualidade técnica	un	15	R\$	R\$
10.19	Esgoto: Tê 40 mm. Ref.: Tigre ou de melhor qualidade técnica	un	10	R\$	R\$





LOTE 10					
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	CUSTO UNIT (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
10.20	Esgoto: Tubo 150 mm, barra com 6 metros. Ref.: Tigre ou Amanco ou de melhor qualidade técnica	br	2	R\$	R\$
10.21	Esgoto: Tubo 100 mm, barra com 6 metros, série normal. Ref.: Tigre ou Amanco ou de melhor qualidade técnica	br	20	R\$	R\$
10.22	Esgoto: Tubo 50 mm, barra com 6 metros. Ref.: Tigre ou Amanco ou de melhor qualidade técnica	br	10	R\$	R\$
10.23	Esgoto: Luva 100 mm. Ref.: Tigre ou Amanco ou de melhor qualidade técnica	un	6	R\$	R\$
10.24	Cuba de aço inoxidável de embutir ou sobrepor, dimensões mínimas de 60x40x20cm. Ref. Franke Línea ou de melhor qualidade técnica	un	3	R\$	R\$

VALOR TOTAL DO LOTE 10	R\$
------------------------	-----

LOTE 11					
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	CUSTO UNIT (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)
11.1	Triturador de alimentos para pias, com motor com potência mínima de 0,75hp, 220V, componentes em aço inoxidável, garantia pela fabricante de 4 anos válida no Brasil. Ref. Insinkerator modelo 66 ou de melhor qualidade técnica	un	3	R\$	R\$
11.2	Ventilador de parede, cor preto, 60cm ou 70cm, uso industrial ou comercial, sendo vetado o fornecimento de produtos exclusivamente de uso doméstico, com potência mínima de 200W, controle de velocidade de 3 níveis, suporte de aço reforçado, sendo vetado o fornecimento de suportes de plástico, certificado INMETRO.	un	3	R\$	R\$

VALOR TOTAL DO LOTE 11	R\$
------------------------	-----

VALOR TOTAL DA PROPOSTA	R\$
-------------------------	-----

NOTA: As licitantes devem apresentar planilha orçamentária com data base referente à data de abertura das propostas.

O prazo de validade da proposta de preços não será inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da data do envio da proposta atualizada em conformidade com o último lance ofertado no Sistema Eletrônico.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.



Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Caso nos seja adjudicado o objeto da Licitação, comprometemos a assinar o Contrato/prestar os serviços, no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Razão Social: \_\_\_\_\_  
CNPJ/MF: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Tel./Fax: \_\_\_\_\_  
CEP: \_\_\_\_\_  
Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_  
Banco: \_\_\_\_\_ Agência: \_\_\_\_\_ c/c: \_\_\_\_\_

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato:

Nome: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
CEP: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_  
CPF/MF: \_\_\_\_\_ Cargo/Função: \_\_\_\_\_  
RG nº: \_\_\_\_\_ Expedido por: \_\_\_\_\_  
Naturalidade: \_\_\_\_\_ Nacionalidade: \_\_\_\_\_

Goiânia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal  
(com carimbo da empresa)

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026**

**PROCESSO Nº 202600047001102**

**ANEXO VII**

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO À HABILITAÇÃO**

(NOME DA EMPRESA) \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, sediada (endereço completo) \_\_\_\_\_, por meio de seu representante legal (nome) \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_, DECLARA sob as penas da lei, que até a presente data, **inexiste** fato superveniente impeditivo para sua habilitação no presente processo licitatório, nos termos do inciso I, art. 67 da Lei 14.133/2021, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

\_\_\_\_\_  
Local e Data

\_\_\_\_\_  
Representante Legal  
(com carimbo da empresa)

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026**

**PROCESSO nº 202600047001102**

**ANEXO VIII**

**DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGAR MENOR**

(NOME DA EMPRESA) \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, sediada (endereço completo) \_\_\_\_\_, por meio de seu representante legal (nome) \_\_\_\_\_, inscrita no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_, **DECLARA** para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Nacional de Licitações nº 14.133, de 01 de abril de 2021, em conformidade com Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, e previsão contida 8.no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88, que **não possui** em seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

\_\_\_\_\_  
Local e Data

\_\_\_\_\_  
Representante Legal  
(com carimbo da empresa)

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026**

**PROCESSO nº 202600047001102**

**ANEXO IX**

**DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE E DE NÃO  
CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS COM A ADMINISTRAÇÃO QUE EXTRAPOLEM O  
LIMITE DE ENQUADRAMENTO**

(Nome da empresa)....., inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., **DECLARA**, para fins legais, ser microempresa/empresa de pequeno porte nos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, não estando incurso nas exclusões do § 4º do citado artigo, **e que no ano-calendário corrente desta licitação, não celebramos contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.**

\_\_\_\_\_  
Local e Data

\_\_\_\_\_  
Representante Legal  
(com carimbo da empresa)

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026**

**PROCESSO nº 202600047001102**

**ANEXO X**

**DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI PARENTESCO**

(Nome da empresa)\_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, portadora da inscrição estadual/municipal nº \_\_\_\_\_, através de seu representante legal, \_\_\_\_\_(nome), \_\_\_\_\_(qualificar)\_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_, **DECLARA**, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que **não possui** em seus quadros de empregados e em seu corpo acionário cônjuge, companheiros ou parentes em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, ou por afinidade, até o segundo grau, de Conselheiros, Auditores e Procuradores de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, e ainda, com os servidores detentores de cargo em comissão ou função de confiança que atuem diretamente na realização do certame e/ou na posterior formalização contratual.

\_\_\_\_\_  
Local e Data

\_\_\_\_\_  
Representante Legal  
(com carimbo da empresa)

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026**

**PROCESSO nº 202600047001102**

**ANEXO XI**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL (A ser Assinada  
pela Adjudicatária na Formalização Contratual)**

Declaro, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº 014/2026, instaurado pelo Processo nº 202600047001102, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas do meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para contratação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, caso minha empresa exerça uma das atividades constantes nos Anexos da Instrução Normativa do IBAMA atualizada, que verse sobre tais matérias, em atendimento ao Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

Por ser a expressão da verdade, firmamos o presente.

Goiânia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202X.

Nome:

RG/CPF:

Cargo:



**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026**

**PROCESSO nº 202600047001102**

**ANEXO XII**

**DECLARAÇÃO DE PROPOSTA INTEGRAL, ENGLOBADOS OS DIREITOS  
TRABALHISTAS**

(Nome da empresa)\_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, portadora da inscrição estadual/municipal nº \_\_\_\_\_, através de seu representante legal, \_\_\_\_\_(nome), \_\_\_\_\_(qualificar)\_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_, **DECLARA**, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026**

**PROCESSO nº 202600047001102**

**ANEXO XIII**

**DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E APRENDIZ**

(Nome da empresa)\_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, portadora da inscrição estadual/municipal nº \_\_\_\_\_, através de seu representante legal, \_\_\_\_\_(nome), \_\_\_\_\_(qualificar)\_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_, **DECLARA**, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que cumpre exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social e aprendiz, mantendo esta condição durante toda a execução do contrato, tendo ciência que o não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026**

**PROCESSO nº 202600047001102**

**ANEXO XIV**

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N.  
13.709/2018**

1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual.
3. As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.
4. Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste edital, terá acesso aos dados pessoais dos representantes da LICITANTE//DETENTORA DA ATA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, cópia do documento de identificação, e quando for o caso da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) e CAT (Certidão de Acervo Técnico).
5. (Nome da empresa)\_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, portadora da inscrição estadual/municipal nº \_\_\_\_\_, através de seu representante legal, \_\_\_\_\_(nome), \_\_\_\_\_(qualificar)\_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_, declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.
6. A LICITANTE//DETENTORA DA ATA, fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito que possa vir a impactar e/ou afetar o CONTRATANTE, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.